Jornal **O DIA** SP

Fundado em 5 de abril de 1933

www.jornalodiasp.com.br | QUINTA-FEIRA, 20 DE JUNHO DE 2024 | Nº 25.676 | Preço banca: R$ 3,50

Desenrola Pequenos Negócios renegocia R$ 1,25 bi até 12 de junho

O programa federal Desenrola Pequenos Negócios registrou, de 13 de maio a 12 de junho, a renegociação de dívidas com instituições financeiras no valor de R$ 1,25 bilhão, em todo país. O levantamento feito pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban) revela que o volume financeiro negociado aumentou 30,3%, na comparação com o primeiro levantamento, com dados até 5 de junho.

De acordo com a Febraban, 30.645 clientes já renegociaram 39.071 mil contratos de suas dívidas. Esses clientes pessoas jurídicas são microempreendedores individuais (MEIs), microempresas e empresas de pequeno porte.

Sete instituições financeiras participam do Desenrola Pequenos Negócios: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Itaú, Santander, Sicredi e Mercantil do Brasil. Juntos, esses bancos (públicos, privados e de crédito cooperativo) representam 73% do total da carteira de crédito de micro e pequenas empresas nacionais.

Após a renegociação, o crédito é retomado imediatamente, o que pode impulsionar novamente seus negócios, gerar empregos, renda e fortalecer o desenvolvimento local. Página 3

CCJ do Senado aprova projeto de lei que libera cassino e bingo no país

Página 4

Crédito da Desenvolve SP a empresas instaladas no estado cresce quase 300%

Página 2

Copom interrompe cortes e mantém juros básicos em 10,5% ao ano

Foto/Marcello Casal Jr/ABr

Página 4

Governo anunciará medidas para o setor audiovisual brasileiro

O governo federal anunciou na quarta-feira (19) novas medidas de estímulo ao setor audiovisual. O anúncio foi feito pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante cerimônia de comemoração dos 126 anos do cinema brasileiro, data alusiva ao dia 19 de junho de 1898, quando o italiano radicado no Brasil, Afonso Segreto, registrou as primeiras imagens cinematográficas no país.

Segundo nota divulgada pela Presidência da República, os investimentos celebram "a consolidação de políticas culturais de incentivo, fomento e valorização dos filmes produzidos no país. É também uma oportunidade de reconhecer o talento dos profissionais da indústria, além de evidenciar o cinema como importante expressão artístico-cultural".

No ano passado, das 415 estreias de longas metragens em cinemas do país, 161 eram produções nacionais. Apesar disso, em termos de público, os filmes brasileiros atraíram apenas 3,6 milhões de pessoas, ou seja, apenas 3,2% do total, segundo dados da Agência Nacional do Cinema (Ancine), divulgados pelo Ministério da Cultura.

Investimentos

A previsão é que o Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) invista R$ 1,6 bilhão para a produção de filmes e séries brasileiras neste ano, um valor recorde, segundo o Ministério da Cultura, e 23% superior ao registrado em 2023 (R$ 1,3 bilhão).

Entre as ações em andamento, o ministério destaca o investimento em coproduções internacionais, no valor de R$ 200 milhões. O segmento recebeu 476 projetos de 47 países.

Também estão aprovados R$ 400 milhões para crédito para projetos de infraestrutura, principalmente focados na expansão da rede de cinemas fora do eixo Rio/São Paulo.

De acordo com o ministério, desde 2023 já foram investidos R$ 6,1 milhões em cerca de 100 projetos de produção de curtas-metragens e para intercâmbio de profissionais no exterior, a partir de seis chamadas públicas da Secretaria do Audiovisual.

Através da Lei Rouanet, houve captação de R$ 146,6 milhões para projetos audiovisuais em 2023 e 2024. (Agência Brasil)

Pedidos de pagamento de seguros já somam mais de R$ 3,88 bilhões no RS

Os moradores do Rio Grande do Sul que tiveram casas, carros e empresas atingidos pelas enchentes já fizeram 48.870 pedidos de indenizações para empresas seguradoras. Os avisos de sinistros de todos os tipos já somam R$ 3,88 bilhões no estado.

Os dados foram divulgados na quarta-feira (19) pela Confederação Nacional das Seguradoras (CNSeg). Na comparação com a divulgação anterior, feita no dia 23 de maio, o número de pedidos cresceu 108% e os valores tiveram aumento de 132%. Página 3

Exame da Prova Paulista será aplicado até dia 24 nas escolas de SP

Página 2

Esporte

Brasil com vários destaques na briga pelo pódio geral

Em sete edições realizadas, o Itaú BBA IRONMAN 70.3 Rio de Janeiro possui um retrospecto altamente positivo para o triatlo brasileiro. Ao longo desse período, as conquistas de cinco títulos no masculino e sete no feminino confirmam o domínio dos representantes nacionais na etapa carioca. No próximo domingo, dia 23, ocorrerá mais uma prova e, outra vez, o Brasil contará com vários destaques na briga pelo lugar mais alto do pódio no geral. Página 6

Foto/ Fábio Falconi

Itaú *BBA IRONMAN 70.3 Rio de Janeiro*

Enzo Fittipaldi inicia em Barcelona maratona europeia de corridas da F2

Foto/ James Gasperotti

Enzo *Fittipaldi*

A Fórmula 2 inicia uma maratona de três finais de semana de corridas a partir da sexta etapa da temporada, marcada para o Circuito de Barcelona, na Espanha. Piloto da Van Amersfoort, Enzo Fittipaldi busca avançar na tabela de classificação. Vencedor da prova na Arábia Saudita, o brasileiro aparece entre os dez melhores do campeonato no início desta sequência de etapas, que ainda terá provas na Áustria e na Inglaterra.

Será a segunda visita da categoria na atual temporada ao circuito localizado em Montmeló, uma vez que, em abril, a F2 realizou três dias de testes por lá. Fittipaldi cravou o sexto melhor tempo na abertura das sessões de testes. Assim, o brasileiro espera brigar por boas posições no pelotão da frente do grid.

"Vamos começar uma sequência de três finais de semanas de corridas na Espanha, um lugar em que a gente realizou testes há dois meses e tivemos bom desempenho. Página 6

Suzuki Day chega à metade da temporada e realiza quarta etapa na cidade de Sabará (MG)

A cidade de Sabará, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, capital mineira, recebe neste fim de semana, nos dias 22 e 23 de junho, a quarta etapa do passeio 4x4 Suzuki Day.

A etapa, que marca o meio da temporada 2024, percorrerá a cidade histórica que possui também um dos mais notáveis acervos de igrejas setecentistas de Minas Gerais.

Voltado para clientes com pouca ou nenhuma experiência no mundo off-road, O Suzuki Day permite que eles possam desfrutar de um passeio agradável, além de utilizar a capacidade de seus veículos para trafegar nos mais diversos tipos de terrenos, sempre de forma leve e divertida. Página 6

Família Varela disputa 10º edição do Rally Jalapão e busca sequência de vitórias

Foto/ Marcos Leite

Rodrigo *Varela venceu especial na etapa anterior*

A décima edição do Rally Jalapão realiza sua primeira especial nesta quarta-feira (19). A etapa vai contar com quatro especiais, com largada e chegada em Palmas, capital do Tocantins. A equipe Varela Can-AM Monster Energy comparece com Bruno, Rodrigo e Reinaldo Varela, que vão disputar cerca de 1.500 km na região Norte do Brasil.

O retrospecto de Bruno Varela é positivo. O piloto foi campeão do Rally Minas Brasil, que aconteceu no mês de maio. Agora ele quer manter o bom ritmo ao lado do navegador Ari Fiuza na classe UTV 1. Na mesma classe, compete Rodrigo Varela, que terminou a etapa mineira com vitória na última especial ao lado do navegador Matheus Mazzei. A dupla busca retomar o bom momento. Página 6

Crédito da Desenvolve SP a empresas instaladas no estado cresce quase 300%

O total em crédito liberado pela Desenvolve SP para micro, pequenas e médias empresas instaladas no estado teve um aumento de 287% de abril para maio. Paralelo a isso, a economia paulista comemora uma alta de 0,5% nos empregos formais em abril.

Em maio, foram quase R$ 33 milhões em auxílio financeiro da agência vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) para empreendedores(as) expandir seus negócios, adquirir máquinas e equipamentos, modernizar sua produção ou então ganhar fôlego por meio do capital de giro.

"Nosso compromisso é com o crescimento sustentável das cidades e de suas regiões. Com taxas e condições mais atrativas que o mercado tradicional, a Desenvolve SP busca democratizar o crédito. Ao ajudar o empreendedor a ampliar seus negócios e o gestor público a desenvolver o município, a agência contribui para a geração de emprego e renda e, consequentemente, para a qualidade de vida das pessoas", afirma Gustavo Melo, diretor de Negócios da Desenvolve SP.

Inovação e Tecnologia

De abril para maio, também houve aumento na liberação de crédito para inovação, por meio da linha Inovacred. Foram mais de R$ 3,8 milhões no mês passado, um crescimento total de quase 6 vezes (578%) se comparado a abril.

Com o crédito da Desenvolve SP, a startup Homebook Smart Portaria, em Campinas, criou um sistema robótico de controle de acesso para portarias. Os investimentos foram direcionados para o desenvolvimento do protótipo, aquisição de equipamentos e contratação de mão de obra especializada.

"Há uma funcionalidade que só nós temos. Na biometria facial, conseguimos notificar se a pessoa está com pânico, possivelmente sendo vítima de um sequestro relâmpago. É um código nosso, uma inovação nossa", afirma Alcino Vilela Ramos Jr., dono da startup.

Em maio deste ano, as linhas Desenvolve Mulher e Desenvolve Mulher Sustentável completaram 15 meses de existência. São modalidades de crédito voltadas para empresas com liderança majoritariamente feminina. Foram quase R$ 10 milhões em créditos liberados pela agência paulista por meio dessas duas linhas.

A construção de uma nova unidade da escola bilíngue canadense Maple Bear, em Piracicaba, no interior do estado, segue a todo vapor. A sócia-administradora Ana Maria Fischer Angeli procurou a Desenvolve SP, apresentou o projeto e teve o crédito aprovado. "É um crédito que olha para as mulheres. Isso incentiva muitas que nem pensam na possibilidade de tentar e arriscar para aumentar o seu negócio", afirmou Ana Maria.

O novo prédio da franquia, voltado apenas para o Ensino Infantil, está em um terreno de mais de 1.500 m² e com uma arquitetura sustentável e ecologicamente correta. Trata-se de uma estrutura metálica casada com tijolos ecológicos e materiais na sua forma natural. A chamada "arquitetura da felicidade" está junto à natureza, em um ambiente aberto, com iluminação e ventilação naturais.

Pesquisa da Fundação Seade – com base nos números do Ministério do Trabalho – aponta a criação de 76 mil vagas de trabalho com carteira assinada em abril no território paulista, uma alta de 0,5%. Esse saldo positivo é resultado da diferença entre a abertura e o fechamento de postos de trabalho. Em abril, todos os setores – agricultura, serviços, indústria, construção e comércio – registraram crescimento.

CÂMARA (São Paulo

Vereador-presidente Milton Leite (União) não vai jogar contra a decisão dos novos donos do União (ACM Neto e Antonio Rueda) em relação ao partido não brigar nem romper pela vice na chapa por reeleição do prefeito Nunes ((MDB do Temer)

PREFEITURA (São Paulo)

Ex-prefeito Gilberto Kassab (dono do PSD) segue dando aulas de como costurar as coalizões possíveis na política. No jantar de ontem, com Tarcísio (Republicanos), foi fundamental na decisão sobre quem vai ser o vice do prefeito Nunes (MDB)

ASSEMBLEIA (São Paulo)

O deputado e delegado [Polícia Civil] Olim (PP) não vai deixar de apoiar a candidatura do prefeito Nunes (MDB), embora discorde do nome do coronel [reserva da PM] Mello Araujo (PL). Olim deve ter compensações nas eleições 2026

GOVERNO (São Paulo)

Jantar que também comemorou os 49 anos do Tarcísio (Republicanos) reuniu donos e sócios preferenciais dos partidos que terão o coronel Mello Araújo como vice do prefeito Nunes (MDB) e o maior tempo nas propagandas [rádio e tv]

CONGRESSO (Brasil)

Jantar do Tarcísio (Republicanos), pela decisão do candidato a vice do prefeito do Nunes (MDB) - coronel PM Mello Araújo - teve os deputados Baleia (MDB), Marcos Pereira (Republicanos), Renata (Podemos) e o senador Ciro Nogueira (PP)

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Ex-presidente Bolsonaro (PL) saiu vitorioso do jantar dado pelo governador SP Tarcísio (Republicanos). Bem que o ex-deputado Costa Neto (dono do PL) disse que Bolsonaro definiria o nome do coronel PM Araujo na vice do prefeito Nunes (MDB)

PARTIDOS

Alguns donos e sócios preferenciais dos partidos menores, que também apoiam a reeleição do Nunes (MDB), saíram do jantar de ontem com a promessa de que uma vez reeleito o prefeito paulistano, terão participações nos cargos do 2º governo ...

(Brasil)

... São os donos do Solidariedade, do Avante (ex-PT do B), do Mobiliza (ex-PMN) e do Agir (ex-PTC). Quanto ao PRD (fusão do Patriota com o PTB), o dono se recupera de cirurgia. Em tempo: apesar da grandeza, o União não teve como impor seu candidato

ANO 32

O jornalista **Cesar Neto** usa Inteligência Espiritual nesta coluna de política. Na imprensa [Brasil] desde 1993, recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP), como referência das Liberdades [Concedidas por DEUS]

cesar@cesarneto.com

A PALAVRA - "... te abençoarei, e te engrandecerei o nome. Sê tu uma benção!" **Gênesis 12:2**

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Angelo Augusto D.A. Oliveira
Mtb. 69016/SP

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50
Impressão: Grafica Pana

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

SP distribui 2 milhões de espigas na alimentação escolar

Tem milho na alimentação dos alunos das escolas estaduais no mês de junho. Desde o ano passado, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP) inclui todo mês um produto sazonal na aquisição de frutas, verduras e legumes enviados para a alimentação escolar. Neste ano letivo, os estudantes já provaram pera, escarola, berinjela e, agora, no mês das festas juninas, 2 milhões de espigas estão sendo entregues a cerca de 3 mil escolas estaduais.

Das mais de 5 mil unidades de ensino, a alimentação escolar é oferecida diretamente pela Seduc-SP a 3 mil delas. Nas demais, a alimentação é fornecida por meio de parcerias com as prefeituras e Secretarias Municipais de Educação.

Neste mês, especialmente, o milho estará presente nos refeitórios, mas também nas salas de aula. Junto com dicas de preparos com o milho, como a própria espiga cozida — que tem sido um sucesso entre as crianças —, o curau, suco, bolos, creme de milho e viradinho de milho, com receitas testadas na cozinha experimental pela equipe de nutricionistas da Seduc-SP, as escolas também receberam materiais e orientações para a prática pedagógica. A partir do milho, professoras e professores poderão discutir com os estudantes a relação dos povos originários com o alimento, manifestações culturais e festas regionais.

A Escola Estadual Comendador Mario Dedini, no bairro Algodoal, em Piracicaba, servirá o milho no lanche da tarde para os seus 380 estudantes na tarde desta quinta-feira (20). Na primeira quinzena, as crianças do 1º ao 5º ano provaram o milho na espiga e aprenderam sobre o alimento dentro da sala de aula. Desta vez, a gestão pedagógica decidiu trazer a tradição da cidade para dentro da escola.

"A pamonha de Piracicaba é conhecida no estado todo, nós temos uma festa tradicional na cidade, a Festa do Milho de Tanquinho, que chegou à 48ª edição neste ano, e mesmo assim nem todas as crianças já provaram esse doce que é atrelado à nossa cidade e cultura local. Chegou a vez de apresentar a eles um pouco mais sobre nossa história e o milho no cardápio trouxe essa oportunidade. Tenho certeza que será uma festa para as crianças", conta a diretora da unidade, professora Fernanda Medinilla Antunes.

Na escola, de ensino integral, o lanche da tarde é servido aos estudantes em dois grupos: o das 13h30 e o das 14h15.

Nos últimos anos, a equipe de nutrição da Secretaria da Educação deu início ao processo de retirada de alimentos enlatados nas refeições e ampliou a oferta de frutas aos estudantes.

"O processo de acabar com os alimentos enlatados na rede já foi finalizado. Atualmente, a alimentação escolar do estado é composta predominantemente por alimentos da natureza e minimamente processados. As carnes e frangos distribuídos são congelados, não há mais a distribuição de alimentos enlatados", informa a diretora técnica do Departamento de Alimentação Escolar da Educação de SP, Nayla Veríssimo.

Nayla conta que, até mesmo o atum, que compõe o cardápio apenas um dia no mês, que era adquirido em latas com tamanhos maiores que as encontradas no mercado, hoje é entregue à rede em formato de pouch, uma embalagem que preserva melhor o sabor e a qualidade do peixe.

Além dos alimentos que são escolhidos para cada mês, como o milho, frutas como tangerina, caqui e goiaba são adquiridos e distribuídos conforme a sazonalidade.

Também fazem parte do cardápio constante das escolas abacaxi, banana, laranja, limão, maçã, mamão, manga, melancia, melão e tangerina. Entre as hortaliças, estão abóbora, abobrinha, acelga, alface crespa, alho, batata, batata doce, beterraba, cebola, cebolinha, cenoura, chuchu, couve, mandioca, pepino, repolho verde, tomate e salsinha.

Governo repassa R$ 40 mi para fortalecer assistência hospitalar em Guarulhos

O governador Tarcísio de Freitas autorizou na quarta-feira (19) em visita ao município de Guarulhos, na Grande São Paulo, o repasse de R$ 40 milhões para ações de custeio e assistência à saúde do município. Os recursos serão disponibilizados à prefeitura local para fortalecer o atendimento hospitalar de instituições públicas da cidade, beneficiando diretamente a população que depende do Sistema Único de Saúde (SUS).

"Nós estamos hoje aqui para liberar o dinheiro que vai ser aplicado no término da construção do Hospital da Mulher, que vai ganhar pelo menos mais 26 leitos. E para a gente terminar a adaptação do segundo, terceiro e do quinto andar do Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso, um hospital que vai sair de 168 leitos e vai ganhar mais 103 leitos", afirmou o governador. "Com os outros leitos já abertos, é como se a gente estivesse construindo outro hospital regional de médio porte aqui em Guarulhos, usando a capacidade que já está instalada. É disso que a gente está falando", acrescentou.

A agenda em Guarulhos teve a participação do secretário de Estado de Saúde, Eleuses Paiva, além de parlamentares estaduais, vereadores, do prefeito local, de gestores e trabalhadores da área de saúde municipal e regional.

Os recursos serão disponibilizados por meio da Secretaria de Estado de Saúde em parcela única. Do total, R$ 30 milhões vão para a reforma do Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso, unidade referência para o município e que já realizou mais de 11,6 mil procedimentos hospitalares entre janeiro do ano passado e março deste ano. Os R$ 10 milhões restantes serão destinados para conclusão das obras do Hospital da Mulher, entre outros serviços.

"Quando assumimos o governo do Estado, o governador Tarcísio sempre nos falou sobre a preocupação com o tamanho das filas, da sua preocupação em garantir saúde para a população. Estamos trazendo esses recursos para melhorar um atendimento que há tempos era esperado. E estamos conseguindo transformar o que era um sonho numa realidade", afirmou o secretário de Estado de Saúde, Eleuses Paiva.

Entre as medidas do governo paulista para o fortalecimento da assistência à saúde do município, Tarcísio de Freitas também anunciou a aquisição e instalação de um equipamento de ressonância magnética para o Complexo Hospitalar Padre Bento, importante instituição de atendimento público da cidade.

Outras ações

Entre janeiro e março deste ano, o governo paulista, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, repassou R$ 10,6 milhões para seis instituições filantrópicas de Guarulhos via Tabela SUS Paulista. O valor pago às entidades pelo Estado remunera em até cinco vezes mais do que o repassado pelo governo federal para procedimentos de saúde.

Já em fevereiro deste ano, o Governo de SP também realizou a antecipação do pagamento de R$ 6,3 milhões do IGM SUS Paulista (Incentivo à Gestão Municipal) para suporte ao enfrentamento das arboviroses urbanas em Guarulhos. Está previsto também o repasse de mais R$ 12,9 milhões referentes ao IGM-SUS, totalizando mais de R$ 19 milhões para a atenção primária da saúde do município.

Exame da Prova Paulista será aplicado até dia 24 nas escolas de SP

Mais de 2,5 milhões de estudantes da rede estadual de ensino devem participar até a próxima segunda-feira, dia 24 de junho, da Prova Paulista, avaliação bimestral da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP). O exame é decisivo para que as escolas definam os alunos que serão encaminhados para a recuperação.

O teste é aplicado desde o ano passado aos estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental à 3ª série do Ensino Médio. O resultado é medido por índice de acertos e ajuda os professores no reconhecimento dos conteúdos que foram assimilados pelos alunos.

Neste ano, a Secretaria da Educação implantou um novo processo de recuperação. Se a média dos bimestres for abaixo de 5 em quaisquer disciplinas, o aluno deverá obrigatoriamente fazer uma nova prova para tentar recuperar sua nota. O exame será aplicado no dia 5 de agosto.

O secretário da Educação, Renato Feder, ressalta que a recuperação é a novidade neste ano. "Aquele aluno que foi mal na nota ou na prova terá um período pós Prova Paulista de recuperação para a prova do dia 5 de agosto". E destacou que o período de revisão é o momento dos professores focarem nos assuntos que os alunos tiveram mais dúvidas.

Por até duas semanas, os estudantes encaminhados à recuperação terão aulas focadas nos conteúdos que tiveram mais dificuldade na Prova Paulista. As aulas de revisão irão acontecer entre os dias 1 e 5 de julho, última antes do recesso do meio do ano, e de 29 de julho a 2 de agosto, antes da recuperação.

Pesquisa do Procon-SP mostra queda de 3,84% nos preços dos repelentes na capital

No levantamento de preços de repelentes contra insetos realizado no dia 7 de junho, especialistas do Procon-SP observaram uma queda de 3,84% nos valores praticados pelos sites envolvidos na pesquisa. O preço médio no dia 27 de maio era R$ 24,90 e passou para R$ 23,94.

A consulta semanal – feita em sites de grandes drogarias e supermercados a partir de um endereço de referência na capital – comparou o preço de 10 tipos de repelentes (loção, líquido spray e elétrico líquido) de duas marcas que estavam disponíveis nos locais pesquisados. Veja aqui o relatório completo.

Os levantamentos de preços médios, realizados em dezembro do ano passado e, semanalmente, a partir de fevereiro deste ano, têm como objetivo ajudar o consumidor a ter referências na hora da compra, alertar para a importância da pesquisa de preços e para a necessidade de prevenção à dengue.

O Procon-SP recomenda que ao escolher um repelente o consumidor leia o rótulo com atenção, observe se há o registro da Anvisa, eventual restrição de idade, entre outras informações.

Desenrola Pequenos Negócios renegocia R$ 1,25 bi até 12 de junho

O programa federal Desenrola Pequenos Negócios registrou, de 13 de maio a 12 de junho, a renegociação de dívidas com instituições financeiras no valor de R$ 1,25 bilhão, em todo país. O levantamento feito pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban) revela que o volume financeiro negociado aumentou 30,3%, na comparação com o primeiro levantamento, com dados até 5 de junho.

De acordo com a Febraban, 30.645 clientes já renegociaram 39.071 mil contratos de suas dívidas. Esses clientes pessoas jurídicas são microempreendedores individuais (MEIs), microempresas e empresas de pequeno porte.

Sete instituições financeiras participam do Desenrola Pequenos Negócios: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Itaú, Santander, Sicredi e Mercantil do Brasil. Juntos, esses bancos (públicos, privados e de crédito cooperativo) representam 73% do total da carteira de crédito de micro e pequenas empresas nacionais.

Após a renegociação, o crédito é retomado imediatamente, o que pode impulsionar novamente seus negócios, gerar empregos, renda e fortalecer o desenvolvimento local.

Negociações

Entre as cinco regiões do país, o Sudeste registrou o maior número de donos de micro e de empresas de pequeno porte que buscaram a renegociação de dívidas nos bancos. Os estados de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Espírito Santo, juntos, respondem por 14.908 clientes do programa, responsáveis pelo fechamento de 18.859 contratos, com volume negociado de R$ 564,71 milhões.

Na sequência, aparecem as regiões Nordeste (6.274 empreendedores), Sul (4.119), Centro-Oeste (2.935) e Norte (2.066).

Se considerados somente os estados, São Paulo acumula 9.489 empreendedores que renegociaram suas dívidas (31% do total), com 11.657 contratos (30% do total) e R$ 353,67 milhões em volume renegociado (28% do total).

O Rio de Janeiro responde por 2.545 clientes (8%), 3.511 contratos (9%) e R$ 99,02 milhões em volume (8%) e é seguido por Minas Gerais, com 2.473 clientes (8%), 3.151 contratos (8%) e R$ 100,42 milhões em volume.

No Rio Grande do Sul, o Desenrola Pequenos Negócios beneficiou 1,2 mil empresários que, até o momento, renegociaram R$ 62 milhões em dívidas. O estado passa por recuperação econômica após enfrentar situação de calamidade pública provocada pelas chuvas volumosas que caíram no estado em abril e maio.

Programa

O Desenrola Pequenos Negócios é um programa de abrangência nacional destinado a empresas com faturamento anual de até R$ 4,8 milhões que permite a renegociação de dívidas não quitadas com instituições financeiras até 23 de janeiro deste ano.

Segundo o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, não há limite para o valor da dívida ou tempo máximo de atraso. As micro e pequenas empresas com débitos antigos e de todos os valores também podem se beneficiar com a renegociação.

Para aderir ao programa, o microempreendedor ou pequeno empresário deve procurar a instituição financeira onde tem a dívida em atraso para iniciar a negociação e, depois, formalizar o contrato. Os termos e prazos para a renegociação são definidos pelo banco, que poderá oferecer condições especiais, como descontos, prazos mais longos para o parcelamento e juros reduzidos.

Caso o banco com o qual a empresa tem dívidas não esteja cadastrado no programa, a Febraban sugere que o cliente procure a renegociação mesmo assim, ou faça a portabilidade da dívida para outra instituição financeira.

A Febraban alerta os clientes para não aceitar propostas de envio de valores a quem quer que seja, com a desculpa de garantir melhores condições de renegociação da dívida. A formalização de um contrato de renegociação é feita somente com o banco para ter os valores debitados diretamente na conta bancária indicada na negociação, nas datas acordadas, sem depósitos extras.

Para mais informações sobre o programa Desenrola Pequenos Negócios, o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte criou uma página tira-dúvidas, com respostas às perguntas mais comuns. (Agência Brasil)

Ministro do Turismo diz que PEC das Praias tem pontos positivos

O ministro do Turismo, Celso Sabino, teceu elogios à chamada Proposta de Emenda Constitucional - PEC das Praias - que estabelece novas diretrizes para propriedade e gestão dos chamados terrenos de Marinha.

A afirmação foi feita durante entrevista, na quarta-feira (19), ao programa Bom Dia, Ministro, exibido pelo Canal Gov, da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Segundo afirmou, apesar de polêmica, a proposta apresenta alguns pontos positivos, como uma maior arrecadação para o Poder Público, geração de emprego e renda, bem como investimentos "em locais onde não existe nenhuma infraestrutura instalada".

As áreas de marinha são terrenos localizados em uma faixa de até 33 metros contados a partir da linha da maré alta. A PEC teve seu texto aprovado em dois turnos na Câmara dos Deputados e está em discussão no Senado.

Na avaliação de Celso Sabino, esse projeto dificilmente será votado, devido ao "volume e à dimensão das versões que o impregnaram".

"Eu não vejo nenhuma possibilidade de alguém chegar e dizer 'olha, a partir de agora, ali na praia de Botafogo, no Rio de Janeiro, vamos atravessar uma corrente e só vai entrar quem pagar uma taxa porque eu vendi isso aqui para A ou para B. Acho que quem pensou isso aí tá realmente muito equivocado. Mas acho que [o assunto] merece um debate mais técnico e aprofundado", argumentou.

Acrescentou que a legislação dessas regiões tangenciais a rios e oceanos diz que essas áreas pertencem ao governo federal, mas que existem pessoas morando nelas, bem como empresas que as exploram.

"Elas [habitantes e empresas] possuem legalmente direitos. Não de propriedade, que é do governo federal, mas de posse. Por essa posse, é pago uma espécie de um tributo anual. Se não me falha a memória, não é laudêmio", disse ele referindo-se ao tributo chamado foro, pago anualmente pelo domínio útil da propriedade.

"O governo tem uma certa arrecadação com isso. Segundo esse projeto, uma pessoa que mora ali há 40 anos, naquela casa, poderia adquirir a propriedade. Não só a posse. O governo então teria uma arrecadação ampla com isso. Em vez de ter um faturamento, talvez de R$ 1 mil por ano, poderia vender aquela propriedade por milhões de reais. Multiplica isso por milhares de propriedades similares em todo o Brasil às margens de rios e de oceanos", argumentou.

Outro ponto do projeto elogiado pelo ministro são os investimentos que poderiam ser feitos pela iniciativa privada nessas áreas. "Em todo mundo, você tem a instalação de grandes empreendimentos a custos altíssimos que empregam milhares de pessoas", argumentou.

"No caso de praias em locais onde não existe nenhuma infraestrutura instalada, aonde não vai ninguém; um lugar paradisíaco e atrativo, podemos atrair um grande empresário nacional e internacional para, ali, fazer um investimento. É como tem na Grécia, nos Estados Unidos, na Turquia e em outros lugares no mundo. Um empreendimento, de repente, vai investir bilhões de reais e gerar milhares de empregos diretos, movimentando a economia e arrecadando recursos com as pessoas que vão para lá se hospedar", acrescentou.

Por fim, ele defendeu que o assunto seja debatido de forma "isenta de ideologia partidária ou ideologia política" e com "respeito ao direito adquirido de todos e com a propriedade garantida aos brasileiros dessas áreas". (Agência Brasil)

Pedidos de pagamento de seguros já somam mais de R$ 3,88 bilhões no RS

Os moradores do Rio Grande do Sul que tiveram casas, carros e empresas atingidos pelas enchentes já fizeram 48.870 pedidos de indenizações para empresas seguradoras. Os avisos de sinistros de todos os tipos já somam R$ 3,88 bilhões no estado.

Os dados foram divulgados na quarta-feira (19) pela Confederação Nacional das Seguradoras (CNSeg). Na comparação com a divulgação anterior, feita no dia 23 de maio, o número de pedidos cresceu 108% e os valores tiveram aumento de 132%.

O setor com maior número de pedidos de indenizações é o residencial e habitacional, com 22,6 mil solicitações. O maior valor é o do setor de grandes riscos, que envolve a cobertura empresarial, com R$ 1,32 bilhão, seguido pelo setor de automóveis, com R$ 1,27 bilhão. O setor agrícola registrou 2,2 mil pedidos, somando R$ 181,6 milhões.

O presidente da entidade, Dyogo Oliveira, explica que os números devem continuar crescendo nas próximas semanas. "A situação ainda não está estabilizada no Rio Grande do Sul, e isso certamente gerará continuidade no processo de avisos de sinistros."

Segundo Oliveira, as empresas estão facilitando o atendimento e agilizando o pagamento de indenizações quando é possível. "Muitas empresas já estão pagando os sinistros, inclusive com bastante agilidade", disse ele, explicando que, no caso de avaliações de seguros empresariais, por exemplo, nas quais é preciso fazer vistorias em locais ainda alagados, o pagamento pode demorar mais.

Apesar do alto número de pedidos de pagamentos, a CNseg garante que as empresas do setor estão preparadas para fazer frente a tais valores. "Esses volumes são perfeitamente cobertos pela capacidade financeira das seguradoras brasileiras. Além das reservas técnicas, que são mandatórias, elas contam com ativos financeiros próprios e com todo o sistema de resseguro nacional e internacional", afirmou Oliveira. (Agência Brasil)

Hospitais de SP devem provar cumprimento de decisão que liberou assistolia

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu prazo de 48 horas para cinco hospitais de São Paulo comprovarem o cumprimento da decisão que liberou a realização da assistolia fetal para interrupção de gravidez.

A decisão atinge os hospitais municipais Vila Nova Cachoeirinha, Dr. Cármino Caricchio, Dr. Fernando Mauro Pires da Rocha, Tide Setúbal e Professor Mário Degni. De acordo com o ministro, os administradores dos hospitais deverão ser responsabilizados pessoalmente em caso de descumprimento da decisão.

No mês passado, Moraes suspendeu a resolução aprovada pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) para proibir a realização da chamada assistolia fetal para interrupção de gravidez. O procedimento é usado pela medicina nos casos de abortos previstos em lei, como o caso de estupro.

Segundo denúncias, com base na resolução, os hospitais estavam impedindo a realização da assistolia.

A suspensão foi motivada por uma ação protocolada pelo PSOL. Em abril, a Justiça Federal em Porto Alegre suspendeu a norma, mas a resolução voltou a valer após o Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região derrubar a decisão.

Moraes considerou que houve "abuso do poder regulamentar" do CFM ao fixar regra não prevista em lei para impedir a realização de assistolia fetal em casos de gravidez oriunda de estupro. O ministro também lembrou que o procedimento só pode ser realizado pelo médico com consentimento da vítima.

Ao editar a resolução, o CFM entendeu que o ato médico da assistolia provoca a morte do feto antes do procedimento de interrupção da gravidez e decidiu vetar o procedimento. "É vedada ao médico a realização do procedimento de assistolia fetal, ato médico que ocasiona o feticídio, previamente aos procedimentos de interrupção da gravidez nos casos de aborto previsto em lei, ou seja, feto oriundo de estupro, quando houver probabilidade de sobrevida do feto em idade gestacional acima de 22 semanas", definiu o CFM. (Agência Brasil)

Turismo ajudará retomada econômica do Rio Grande do Sul, diz ministro

A atividade turística tem condições de ajudar o Rio Grande do Sul a recompor sua economia, em especial com os três aeroportos, novos ou ampliados, que vão operar em áreas de grande apelo turístico, disse o ministro do Turismo, Celso Sabino, ao participar na quarta-feira (19) o programa *Bom Dia, Ministro*, produzido pelo **Canal Gov** da **Empresa Brasil de Comunicação (EBC)**. "Estamos muito esperançosos e dedicados em fazer com que essa atividade econômica seja a locomotiva que vai puxar a retomada do desenvolvimento econômico no Rio Grande do Sul", afirmou.

Segundo ele, há uma expectativa de que, com a recuperação das áreas afetadas pelas enchentes no estado, o turismo seja retomado, podendo ser ainda mais intensificado após a construção de um novo aeroporto próximo a Gramado. "Vamos sair dessa crise que foi causada por esses eventos climáticos no Rio Grande do Sul. Vamos sair maiores e melhores, com mais três aeroportos funcionando, novos ou ampliados", destacou o ministro.

De acordo com Sabino, o ministério tem trabalhado bastante com a possibilidade da construção de novo aeroporto em Vila Oliva, distrito da zona rural de Duque de Caxias, a cerca de 20 ou 30 quilômetros de Gramado. "Estamos também trabalhando com ampliação do aeroporto de Canela e do aeroporto de Caxias. E não tenho dúvida que o aeroporto Salgado Filho vai voltar à operação com força total antes do que a gente estava imaginando", afirmou.

Ele lembrou que o "principal gargalo" do turismo, com as cheias que assolaram o estado, foi a inoperação dos principais aeroportos. "Principalmente o Salgado Filho, em Porto Alegre, que era o que recebia mais turistas direcionados às principais instâncias turísticas do Rio Grande do Sul, que são a Serra Gaúcha, Bento Gonçalves, Gramado e Canela", acrescentou.

Celso Sabino disse que, entre os esforços do governo federal para fazer com que o turismo seja locomotiva da retomada do desenvolvimento econômico no estado, está uma campanha chamada "Não cancele, reagende", para estimular futuras visitas ao Rio Grande do Sul.

"Estamos fazendo uma campanha para arrecadação de fundos financeiros para reconstrução da infraestrutura pública turística no Estado do Rio Grande do Sul, com vídeos promocionais dos atrativos turísticos do RS, em eventos de praticamente todo o Brasil. Há inclusive um QR Code para que as pessoas possam fazer doações para reconstrução da infraestrutura pública e turística do estado", explicou.

O ministro destacou também algumas linhas de financiamentos, a juros baixos, de um fundo que será destinado à reconstrução da infraestrutura privada. "É um recurso que micro e pequenos empreendedores do turismo no estado podem adquirir a taxa de juros que começam a 3,5% ao ano. São recursos muito atrativos com muitas facilidades para se adquirir prazo de carência bem dilatado e um longo prazo para pagamento".

Durante o programa, Celso Sabino fez elogios a alguns pontos da chamada "PEC das Praias", que estabelece novas diretrizes para propriedade e gestão dos chamados terrenos de Marinha – aqueles localizados em uma faixa de até 33 metros contados a partir da linha da maré alta.

A proposta teve seu texto aprovado em dois turnos na Câmara dos Deputados e está em discussão no Senado.

Na avaliação do ministro, a proposta é polêmica, mas apresenta alguns pontos positivos, como uma maior arrecadação para o poder público, geração de emprego e renda, bem como investimentos "em locais onde não existe nenhuma infraestrutura instalada". (Agência Brasil)

Selo Verde ajudará a neoindustrialização do Brasil, diz Alckmin

O Programa Selo Verde Brasil, instituído pelo decreto 12.063 publicado na terça-feira, (18) no *Diário Oficial da União*, que prevê a identificação de produtos e serviços com os princípios de sustentabilidade, vai contribuir para a promoção da neoindustrialização nacional, estimulando o crescimento da economia verde, do mercado de produtos sustentáveis e ainda, promovendo a inovação e a economia circular no país, disse o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e vice-presidente Geraldo Alckmin.

Segundo ele, o programa será coordenado pelo MDIC e o Selo Verde será voluntário e poderá ser obtido para produtos que atendam aos critérios de sustentabilidade socioambiental a serem definidos em norma técnica elaborada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Poderão ser incluídos, por exemplo, critérios relacionados à rastreabilidade da produção, pegadas de carbono, resíduos sólidos e eficiência energética. O Selo Verde Brasil será concedido por certificadoras que serão acreditadas pelo Inmetro ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro). A iniciativa contribuirá ainda com a redução de custos do processo produtivo e diminuição ou até mesmo eliminação de múltiplas certificações.

"Essa é uma iniciativa que acompanha a tendência mundial de qualificação de produtos e serviços atendendo a critérios sociais e ambientais. Estamos reforçando nosso compromisso com o fomento à economia verde, um dos pilares da Nova Indústria Brasil", afirma o vice-presidente e ministro do MDIC, Geraldo Alckmin. "Precisamos preparar nosso mercado, nacional e internacionalmente, para as exigências da transformação ecológica, trabalhando na consolidação da cultura de consumo de produtos e serviços sustentáveis", concluiu.

De acordo com o secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do MDIC, Rodrigo Rollemberg, não se trata apenas de um programa de rotulagem. "É uma estratégia nacional para o desenvolvimento e o crescimento do setor produtivo de maneira sustentável", afirmou. Para o secretário, com a certificação dos produtos, o país terá uma condição competitiva que elevará o país ao papel de liderança mundial do ponto de vista da economia verde.

O Selo Verde Brasil será confeccionado em consonância com os padrões nacionais e internacionais, assegurando a reciprocidade, a cooperação regulatória e o reconhecimento mútuo com os demais países, além de ser compatível com os demais instrumentos de fomento à transição energética, ecológica e economia sustentável nacionais, como a Nova Indústria Brasil (NIB), o Plano de Transformação Ecológica, entre outros.

O Programa contemplará assistência técnica e capacitação para as empresas participantes adaptarem o seu processo produtivo aos novos critérios. A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) serão os principais parceiros para essa ação. As pequenas e microempresas serão contempladas pelo Programa.

Uma portaria do MDIC irá criar os Comitês Gestor e Consultivo do Programa. O Comitê Gestor será responsável pela operacionalização do Programa, enquanto o Consultivo será o espaço de diálogo entre o setor público e o privado para construção conjunta das iniciativas. Os comitês irão elaborar as diretrizes, assim como estabelecer os produtos e serviços prioritários do Programa, e encaminhá-los para a ABNT. A previsão é que as primeiras normas sejam publicadas até o primeiro semestre de 2025. (Agência Brasil)

Copom interrompe cortes e mantém juros básicos em 10,5% ao ano

A alta recente do dólar e o aumento das incertezas econômicas fizeram o Banco Central (BC) interromper o corte de juros iniciado há quase um ano. Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) manteve a taxa Selic, juros básicos da economia, em 10,5% ao ano. A decisão era esperada pelos analistas financeiros.

A manutenção ocorre após o Copom reduzir a Selic por sete vezes seguidas. Na última reunião, em maio, a velocidade dos cortes diminuiu. De agosto do ano passado até março deste ano, o Copom tinha reduzido os juros básicos em 0,5 ponto percentual a cada reunião. Em maio, a taxa tinha sido cortada em 0,25 ponto percentual.

A taxa está no menor nível desde fevereiro de 2022, quando estava em 9,75% ao ano. De março de 2021 a agosto de 2022, o Copom elevou a Selic por 12 vezes consecutivas, num ciclo de aperto monetário que começou em meio à alta dos preços de alimentos, de energia e de combustíveis. Por um ano, de agosto de 2022 a agosto de 2023, a taxa foi mantida em 13,75% ao ano por sete vezes seguidas, quando começou a ser reduzida.

Antes do início do ciclo de alta, a Selic estava em 2% ao ano, no nível mais baixo da série histórica iniciada em 1986. Por causa da contração econômica gerada pela pandemia de covid-19, o Banco Central tinha derrubado a taxa para estimular a produção e o consumo. A taxa ficou no menor patamar da história de agosto de 2020 a março de 2021.

Inflação

A Selic é o principal instrumento do Banco Central para manter sob controle a inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em maio, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado a inflação oficial, subiu para 0,46%. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os alimentos puxaram o indicador após as enchentes no Rio Grande do Sul.

Com o resultado, o indicador acumula alta de 3,93% em 12 meses, cada vez mais distante do centro da meta deste ano. Para 2024, o Conselho Monetário Nacional (CMN) fixou meta de inflação de 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual. O IPCA, portanto, não podia superar 4,5% nem ficar abaixo de 1,5% neste ano.

No último *Relatório de Inflação*, divulgado no fim de março pelo Banco Central, a autoridade monetária manteve a previsão de que o IPCA termine 2024 em 3,5%. A estimativa, no entanto, foi divulgada antes da alta do dólar e das enchentes no Rio Grande do Sul. O próximo relatório será divulgado no fim de junho.

As previsões do mercado estão mais pessimistas. De acordo com o boletim *Focus*, pesquisa semanal com instituições financeiras divulgada pelo BC, a inflação oficial deverá fechar o ano em 3,96%, abaixo portanto do teto da meta. Há um mês, as estimativas do mercado estavam em 3,8%.

Crédito mais barato

A redução da taxa Selic ajuda a estimular a economia. Isso porque juros mais baixos barateiam o crédito e incentivam a produção e o consumo. Por outro lado, taxas mais baixas dificultam o controle da inflação. No último *Relatório de Inflação*, o Banco Central aumentou para 1,9% a projeção de crescimento para a economia em 2024.

O mercado projeta crescimento um pouco melhor. Segundo a última edição do boletim *Focus*, os analistas econômicos preveem expansão de 2,08% do PIB em 2024.

A taxa básica de juros é usada nas negociações de títulos públicos no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e serve de referência para as demais taxas de juros da economia. Ao reajustá-la para cima, o Banco Central segura o excesso de demanda que pressiona os preços, porque juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Ao reduzir os juros básicos, o Copom barateia o crédito e incentiva a produção e o consumo, mas enfraquece o controle da inflação. Para cortar a Selic, a autoridade monetária precisa estar segura de que os preços estão sob controle e não correm risco de subir. (Agência Brasil)

CCJ do Senado aprova projeto de lei que libera cassino e bingo no país

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou na quarta-feira (19), por 14 a 12 votos, relatório sobre projeto de lei que propõe a legalização de cassinos e jogos de azar, como bingo e jogo do bicho, no Brasil. O tema agora deve ser remetido ao plenário da Casa.

O PL 2.234/2022 veio da Câmara dos Deputados, onde foi aprovado, e tramita no Senado desde 2022. A proposta prevê a permissão para a instalação de cassinos em polos turísticos ou em complexos integrados de lazer, como hotéis de alto padrão (com pelo menos 100 quartos), restaurantes, bares e locais para reuniões e eventos culturais.

O projeto propõe ainda a possível emissão de uma licença para um cassino em cada estado e no Distrito Federal. Alguns estados teriam uma exceção, como São Paulo, que poderia ter até três cassinos, e Minas Gerais, Rio de Janeiro, Amazonas e Pará, com até dois cada um, se o projeto for aprovado. A justificativa foi o tamanho da população ou do território.

Durante a sessão da CCJ, a maioria das manifestações se deu por parte dos senadores contrários ao projeto. Um dos principais argumentos trazidos foi o do impacto sobre o sistema de saúde, que deverá lidar com o aumento do vício em jogos, disseram senadores de partidos como PL e Novo.

O senador Magno Malta (PL-ES) citou o exemplo dos Estados Unidos, onde a legalização de cassinos criou um ambiente favorável à prostituição, ao consumo de drogas e máfia. Ele afirmou que o vício em jogos causam "dano moral, dano psicológico, que destrói famílias, destrói pessoas".

Marcos Rogério (PL-RO) reforçou o argumento. "Temos hoje uma pandemia [de vício em jogo]", afirmou. "Nós já estamos diante de um cenário que já é ruim, e a minha preocupação é agravarmos o problema", complementou. "A compulsão em jogos de azar acarreta problemas diversos para a saúde, incluindo ansiedade e depressão."

A favor do projeto, o senador Rogério Carvalho (PT-SE) frisou a importância econômica e cultural dos cassinos para diversos municípios brasileiros. "Sabemos a importância que o Cassino da Urca [que funcionou no Rio de Janeiro até a proibição da atividade no país] teve", citou. "Quantas cidades perderam relevância, importância, porque esse tipo de organização da atividade do jogo foi proibido", acrescentou. Ele ainda reforçou o argumento de que os jogos de azar devem ser regulados, para o Estado poder controlar e arrecadar impostos com a atividade.

Segundo o relator do projeto, senador Irajá (PSD-TO), a estimativa é que os cassinos podem gerar 700 mil empregos diretos e 600 mil indiretos, além de incrementar o turismo. "Qual, afinal de contas, o medo de enfrentarmos este tema?", indagou Irajá.

A exploração de jogos de azar no Brasil é proibida desde 1946. (Agência Brasil)

VBP Agropecuário do Paraná cresce 11% em 2023 e alcança R$ 197,8 bilhões

O Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) do Paraná somou R$ 197,8 bilhões em 2023, de acordo com a análise preliminar publicada nesta quarta-feira (17) no site da Secretaria estadual da Agricultura e do Abastecimento (Seab). Os números representam um crescimento nominal de 3% em relação ao VBP de 2022 (R$ 191,2 bilhões). Se considerada a inflação do período, o resultado foi 11% superior.

O VBP contempla aproximadamente 350 itens diversificados, incluindo grãos, proteínas animais, fruticultura, floricultura, silvicultura e uma ampla gama de produtos da agropecuária paranaense. Os dados são levantados pelos técnicos do Departamento de Economia Rural (Deral), da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, ao longo do ano com pesquisas de preços e das condições das lavouras nos municípios.

O secretário da Agricultura e do Abastecimento, Natalino Avance de Souza, destacou a grandeza do que é produzido no campo. "O VBP apresentou um aumento significativo, puxado basicamente pelas culturas de verão, que tiveram um ótimo desempenho, e isso remete a ter um VBP por hectare/ano de R$ 13,5 mil aproximadamente, que é um dos maiores VBP por hectare que temos hoje no Brasil", disse.

De acordo com o relatório analítico da economista Larissa Nahirny, coordenadora da Divisão de Estatísticas Básicas do Deral, o clima favoreceu a maior parte da agropecuária no Estado. "Ao contrário da safra 21/22, na qual as condições climáticas afetaram drasticamente as produtividades das culturas de verão, na safra 22/23 esses produtos obtiveram excelentes resultados", afirmou. A nota baixa foi representada pela 2ª safra e por algumas culturas de inverno, como feijão e trigo, que registraram perdas de qualidade e produtividade.

Em termos de segmento, o relatório aponta a liderança da produção pecuária na formação do VBP pelo segundo ano consecutivo. O setor representa 49% do valor gerado nas propriedades rurais do Paraná em 2023, com R$ 96,5 bilhões.

Para o chefe do Deral, Marcelo Garrido, a expressividade da pecuária no VBP é um importante indicativo do direcionamento da matéria-prima produzida no Estado. "Significa que estamos agregando mais valor à soja e ao milho, que são a base da alimentação animal", analisou.

O setor da avicultura como um todo, incluindo produção de frango de corte, para recria, ovos férteis e ovos para consumo, é o mais expressivo dentro do segmento da pecuária. No ano passado gerou mais de R$ 44,7 bilhões nas propriedades rurais. É seguido pelos bovinos, com R$ 25,5 bilhões, e pelos suínos, que geraram R$ 12,4 bilhões. A produção de leite teve ligeiro aumento, de 4,4 bilhões para 4,5 bilhões de litros, com VBP de R$ 11,4 bilhões.

A agricultura de forma geral foi responsável por 46,6% do faturamento bruto, somando R$ 92,1 bilhões, contra R$ 85,1 bilhões de 2022, quando as condições climáticas foram desastrosas. Nesse segmento prevaleceram os grãos e outras grandes culturas, com R$ 82,3 bilhões. O valor é 17% superior aos R$ 76,1 bilhões de 2022, em termos reais. (AENPR)

Comissão do Senado aprova texto da reforma do ensino médio

A Comissão de Educação e Cultura do Senado aprovou, em votação simbólica, o parecer favorável da relatora Dorinha Seabra (União-TO) ao projeto de lei que prevê uma nova reforma do ensino médio.

As mudanças incluem a ampliação da carga horária e o fortalecimento da formação geral básica. A matéria agora segue para apreciação do Plenário com pedido de urgência.

Como o relatório apresentado pela senadora Dorinha Seabra é um substitutivo, o PL 5.230/23 terá de retornar à Câmara dos Deputados, caso seja aprovado pelo Senado.

O texto do relatório foi apresentado na semana passada. Foram feitos então pedidos de vistas e, na sequência, algumas sugestões foram apresentadas e acatadas pela senadora Dorinha. Segundo ela, "ajustes redacionais" foram feitos, principalmente relativos a prazos e cargas horárias.

O texto aprovado prevê a ampliação da carga horária mínima total destinada à formação geral básica (FGB), das atuais 1,8 mil horas para 2,4 mil.

A carga horária mínima anual do ensino médio passa de 800 para 1 mil horas distribuídas em 200 dias letivos. Há a possibilidade de essa carga ser ampliada progressivamente para 1,4 mil horas, desde que levando em conta prazos e metas estabelecidos no Plano Nacional de Educação (PNE), respeitando uma distribuição que seja de 70% para formação geral básica e 30% para os itinerários formativos.

Foram também acatadas emendas visando ampliar, a partir de 2029, as cargas horárias totais de cursos de ensino médio com ênfase em formação técnica e profissional. Elas seriam expandidas de 3 mil horas para 3,2 mil horas; 3, 4 mil; e 3,6 mil quando se ofertarem, respectivamente, cursos técnicos com carga específica de 800, 1 mil e 1,2 mil horas.

No texto alternativo, a relatora determinou que, caso haja ampliação da carga horária, seja respeitada a seguinte porcentagem: 70% para formação geral básica e 30% para os itinerários formativos.

Entre os destaques apresentados pela parlamentar no relatório figura a inclusão da língua espanhola como componente curricular obrigatório, além do inglês. Outros idiomas poderão ser ofertados em localidades com influências de países cujas línguas oficiais sejam outras.

O texto prevê também que profissionais com notório saber e experiência comprovada no campo da formação técnica e profissional, mesmo sem diploma de licenciatura, poderão atuar nos sistemas de ensino. É o que já ocorre, por exemplo, quando engenheiros dão aula de matemática.

"O substitutivo valoriza, ainda, a experiência profissional na educação, permitindo a atuação de profissionais do chamado notório saber. O notório saber veio para o texto voltado principalmente à área da educação profissional, trazendo para o sistema profissionais que não eram formados na área, mas que tinham conhecimento específico para atuar", argumentou a senadora ao apresentar o texto do relatório na semana passada.

Dorinha frisou que a atuação dos profissionais será "em caráter excepcional, mediante justificativa do sistema de ensino e regulamentação do Conselho Nacional de Educação (CNE)". Ela defende também que essa medida possibilitará a ampliação do acesso a profissionais qualificados, especialmente em áreas e regiões com escassez de profissionais licenciados.

Outra sugestão apresentada no relatório da parlamentar é a obrigatoriedade de os estados manterem pelo menos uma escola com ensino médio regular noturno em cada município, caso haja demanda comprovada.

O relatório prevê, ainda, formação continuada de professores, de forma a garantir que eles estejam preparados para as novas diretrizes e metodologias, "com foco em orientações didáticas e reflexões metodológicas, assegurando o sucesso das transformações propostas para o ensino médio". (Agência Brasil)

Dólar sobe para R$ 5,44 à espera de reunião do Copom

Num dia de feriado nos Estados Unidos, o dólar fechou em leve alta na expectativa da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC). A bolsa valorizou-se pelo segundo dia consecutivo e recuperou os 120 mil pontos.

O dólar comercial fechou a quarta-feira (19) vendido a R$ 5,442, com alta de apenas 0,15%. A cotação teve um dia volátil, chegando a R$ 5,48 por volta das 14h30, mas desacelerou nas horas finais de negociação, até se aproximar da estabilidade.

A moeda norte-americana está no maior valor desde 4 de janeiro do ano passado, quando tinha fechado em R$ 5,45. A divisa acumula alta de 3,68% em junho e de 12,14% em 2024.

O mercado de ações teve um dia mais de recuperação. O índice Ibovespa, da B3, fechou aos 120.340 pontos, com alta de 0,59%. As ações de petroleiras, de mineradoras e de bancos puxaram a alta. Pela primeira vez em oito dias, o indicador fechou acima dos 120 mil pontos.

Pela manhã, o mercado financeiro continuou a repercutir as declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em entrevista à rádio CBN, Lula criticou o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, e disse que o órgão sofre ingerências políticas, enquanto deveria ser autônomo. (Agência Brasil)

STF marca conciliação para discutir dívida do RS com o governo federal

O Supremo Tribunal Federal (STF) marcou para a próxima terça-feira (25) uma audiência de conciliação para tratar da dívida do Rio Grande do Sul com o governo federal.

A audiência foi convocada pelo ministro Luiz Fux, relator do caso, diante do impasse processual sobre a questão. Deverão participar da reunião representantes da Advocacia-Geral da União (AGU), do governo estadual e da Ordem do Advogados do Brasil (OAB).

A ação que motiva a discussão tramita no Supremo desde 2012. Protocolada pela seccional gaúcha da OAB, o processo pretende revisar as cláusulas da dívida do estado com a União. Com as enchentes que atingiram o estado no mês passado, a entidade passou a defender a extinção do débito.

No mês passado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou o projeto que suspende o pagamento da dívida do Rio Grande do Sul com a União pelo prazo de três anos.

O estoque da dívida estadual com a União está em cerca de R$ 100 bilhões atualmente e, com a suspensão das parcelas nesses três anos, o estado poderá direcionar R$ 11 bilhões para as ações de reconstrução. Já o perdão dos juros da dívida, de 4% ao ano, gerará economia de cerca de R$ 12 bilhões aos cofres do estado. (Agência Brasil)

MEMED S.A.

CNPJ/MF nº 13.077.546/0001-92 - NIRE 35300451911

RESUMO DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 03/06/2024

Realizada em 03/06/2024, às 10h, na sede social da Companhia. Dispensada a publicação de edital de convocação, conforme artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76, devido à presença de todos os acionistas. A Assembleia foi presidida por Luiz Henrique Fernandes Rosa Noronha e secretariada por Amanda Martinez Fragnan. **Deliberou-se:** **(i)** alteração do endereço da sede social para Praça Professor José Lannes, nº 40, conjunto 42, Lado A, Brooklin, São Paulo, SP, **(ii)** alteração do Artigo 2º do estatuto social, **(iii)** consolidação do estatuto social, **(iv)** autorização para os administradores praticarem os atos necessários. Ata lida, aprovada e assinada. São Paulo, SP, 03/06/2024. Luiz Henrique Fernandes Rosa Noronha - Presidente; Amanda Martinez Fragnan - Secretária. A íntegra deste documento está disponível na versão digital do jornal.

AGROPECUARIA SOL DA COSTA S/A

CNPJ/MF 41.412.840/0001-49 NIRE 35300632541

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convidados os senhores acionistas da **AGROPECUARIA SOL DA COSTA S/A** ("Companhia"), a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Companhia, a ser realizada exclusivamente de forma digital, por meio da plataforma Teams, em 04.07.2024, às 11h00, em primeira convocação, e às 11h30, em segunda convocação, para aprovar as seguintes matérias da ordem do dia: *(i)* aprovação das demonstrações financeiras do exercício fiscal encerrado em 2023; e *(ii)* destinação do resultado do exercício fiscal encerrado em 2023. Diretores Valter Costa Da Silva e Zilene Ferreira Acioli. **Informações Gerais:** 1. A **AGO da Companhia será, excepcionalmente, realizada única e exclusivamente de forma digital**, nos termos autorizados pelo §2º-A do artigo 124 da Lei nº 6.404/76 e pela Instrução Normativa nº 81 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração ("IN/DREI 81"). **Desse modo, os senhores acionistas deverão participar da AGO a distância, mediante atuação remota, por meio do acesso à plataforma Teams, na data e hora acima mencionadas.** 2. Os acionistas que desejarem participar da AGO deverão enviar para a Companhia, através do e-mail valtercosta27@gmail.com, com antecedência de pelo menos 30 minutos em relação ao horário previsto para o início dos trabalhos, a documentação contendo a prova de identificação do acionista (se pessoa física, documento de identificação oficial com foto, se pessoa jurídica, cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação outorgando poderes de representação, bem como documento de identificação oficial do representante(s) legal(is) com foto) ou de seu procurador (procuração com firma reconhecida ou assinatura digital ICP-Brasil e documento de identificação oficial do representante legal com foto), observado o disposto no art. 126, § 1º da Lei nº 6.404/76. O link de acesso à plataforma Teams, para fins de participação na AGO, será enviado pelo Diretor da Companhia Valter Costa Da Silva aos acionistas que tenham manifestado interesse na participação da AGO e tenham enviado a comprovação de representação, por correio eletrônico, nos termos deste item.

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO, EM SÉRIE ÚNICA, DA 121ª (CENTÉSIMA VIGÉSIMA PRIMEIRA) EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, LASTREADOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO DEVIDOS PELA FRIGOL S.A.

Por esse edital, ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio, em Série Única, da 121ª (Centésima Vigésima Primeira) Emissão da Virgo Companhia de Securitização ("CRA", "Titulares dos CRA", "Emissão" e "Emissora", respectivamente) e a **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, na qualidade de agente fiduciário dos CRA ("Agente Fiduciário"), a participar da assembleia geral de Titulares dos CRA, que será realizada em 1ª (*primeira*) convocação no dia 10 de julho de 2024, às 12:30 horas, de forma exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por vídeo conferência online por meio da plataforma "*Microsoft Teams*", administrada pela Emissora, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM 60"), e da cláusula 12 do "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, em Série Única, da 121ª (Centésima Vigésima Primeira) Emissão da Virgo Companhia de Securitização, Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio Devidos pela Frigol S.A.*", assinado em 22 de junho de 2022, conforme aditado de tempos em tempos ("Devedora" e "Termo de Securitização", respectivamente), para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) a substituição da **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 08, sala B, salas 302, 303 e 304, inscrita no CNPJ sob o nº 17.343.682/0001-38 ("Pentágono") enquanto Agente Fiduciário dos CRA, que deverá ser substituído mediante a eleição e contratação de Novo Agente Fiduciário, a ser indicado nos termos do Material de Apoio a ser divulgado em até 5 (cinco) dias antes da data da realização da Assembleia, para assunção dos deveres atribuições e responsabilidades constantes das normas legais e regulatórias aplicáveis, do Termo de Securitização e dos demais Documentos da Operação aplicáveis atualmente à Pentágono, na qualidade de Agente Fiduciário, a partir da data da Assembleia Geral; (ii) Caso aprovada a matéria constante do item **(i)** acima, a aprovação da remuneração devida ao Novo Agente Fiduciário para prestação dos serviços de Agente Fiduciário da Emissão, nos termos da Proposta anexa ao Material de Apoio; e (iii) autorização para que o Novo Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos Titulares dos CRA, em conjunto com a Emissora e a Devedora, pratique todos os atos necessários para dar efeito às deliberações aprovadas na presente assembleia, incluindo, mas não se limitando, a celebração dos aditamentos à Escritura de Emissão e ao Termo de Securitização, até 15 (quinze) dias úteis, contados da eventual aprovação do (i) da Ordem do Dia. A Devedora participará da assembleia, somente com a anuência dos Titulares dos CRA, e se reserva o direito de negociar termos e/ou condições com os Titulares dos CRA durante a sua realização, observados os limites das matérias constantes na Ordem do Dia, para que estas sejam aprovadas pelo quórum necessário desde que não gerem alteração nos termos e condições dos Documentos da Operação, ou ainda, em qualquer aspecto ou característica da Emissão, que não descritos na Ordem do Dia. Exceto se de outra forma indicado ou definido no presente instrumento, termos iniciados em letra maiúscula aqui utilizados terão o significado que lhes foi atribuído no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação. O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRA está disponível (i) no site da Emissora: www.virgo.inc; e (ii) no site da CVM: www.cvm.gov.br. **Informações Gerais aos Titulares dos CRA: (1)** *Instalação e Quórum*: a assembleia instalar-se-á em 1ª (primeira) ou 2ª (segunda) convocação com a presença de qualquer número de Titulares dos CRA, nos termos da cláusula 12.12 do Termo de Securitização. As matérias descritas nos itens **(i)**, **(ii)** e **(iii)** da Ordem do Dia devem ser aprovada pelos votos favoráveis dos Titulares dos CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais um dos titulares da totalidade dos CRA em circulação, nos termos da cláusula 11.14 do Termo de Securitização. **(2)** *Acesso e Utilização do Sistema Eletrônico*: A assembleia será realizada através de plataforma digital "*Microsoft Teams*", cujo *link* será encaminhado pela Emissora e que possibilitará a participação remota dos Titulares dos CRA. O conteúdo da assembleia será gravado pela Emissora. Nos termos da Resolução CVM 60, o titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá enviar, preferencialmente, até 2 (dois) dias antes de sua realização (i.e até 08 de julho de 2024) para os e-mails: juridico@virgo.inc e assembleias@pentagonotrustee.com.br: (i) a confirmação de sua participação acompanhada dos CNPJs dos fundos dos Titulares dos CRA, conforme o caso, (ii) a indicação dos representantes que participarão da assembleia, informando seu CPF, telefone e e-mail para contato, e (iii) as cópias dos respectivos documentos de comprovação de poderes, conforme item "3" abaixo. **(3)** *Depósito Prévio de Documentos*: Observado o disposto na Resolução CVM 60 e de acordo com o item "(2)" anterior, os Titulares dos CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails juridico@virgo.inc e assembleias@pentagonotrustee.com.br, com cópia dos seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do titular de CRA; (c) se fundos de investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação; e (d) quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na assembleia, outorgada a menos de 1 (um) ano, nos termos da cláusula 12.14 do Termo de Securitização e documento de identidade do outorgado, obedecidas as condições legais. Não será adotada instrução de voto na assembleia. São Paulo, 18 de junho de 2024. **Virgo Companhia de Securitização**

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO, EM SÉRIE ÚNICA, DA 144ª (CENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA QUARTA) EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, LASTREADOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO DEVIDOS PELA FRIGOL S.A.

Por esse edital, ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio, em Série Única, da 144ª (Centésima Quadragésima Quarta) Emissão da Virgo Companhia de Securitização ("CRA", "Titulares dos CRA", "Emissão" e "Emissora", respectivamente) e a **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, na qualidade de agente fiduciário dos CRA ("Agente Fiduciário"), a participar da assembleia geral de Titulares dos CRA, que será realizada em 1ª (*primeira*) convocação no dia 10 de julho de 2024, às 11:00 horas, de forma exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por vídeo conferência online por meio da plataforma "*Microsoft Teams*", administrada pela Emissora, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM 60"), e da cláusula 12 do "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, em Série Única, da 144ª (Centésima Quadragésima Quarta) Emissão da Virgo Companhia de Securitização Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio Devidos pela Frigol S.A.*", assinado em 25 de outubro de 2022, conforme aditado de tempos em tempos ("Devedora" e "Termo de Securitização", respectivamente), para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i)** a substituição da **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 08, sala B, salas 302, 303 e 304, inscrita no CNPJ sob o nº 17.343.682/0001-38 ("Pentágono") enquanto Agente Fiduciário dos CRA, que deverá ser substituído mediante a eleição e contratação de Novo Agente Fiduciário, a ser indicado nos termos do Material de Apoio a ser divulgado em até 5 (cinco) dias antes da data da realização da Assembleia, para assunção dos deveres atribuições e responsabilidades constantes das normas legais e regulatórias aplicáveis, do Termo de Securitização e dos demais Documentos da Operação aplicáveis atualmente à Pentágono, na qualidade de Agente Fiduciário, a partir da data da Assembleia Geral; **(ii)** Caso aprovada a matéria constante do item **(i)** acima, a aprovação da remuneração devida ao Novo Agente Fiduciário para prestação dos serviços de Agente Fiduciário da Emissão, nos termos da Proposta anexa ao Material de Apoio; **(iii)** Aprovar a ratificação da aprovação do item (i) das deliberações da Assembleia geral de Titulares dos CRA realizada em 13 de junho de 2024 ("AGT 13.06.2024"), no que concerne à concessão de anuência prévia para a constituição, pela Devedora, de Ônus, nos termos das cláusulas 5.3, item "(h)", subitem "(i)", do "*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 2 (Duas) Séries, da Espécie com Garantia Real e Com Garantia Adicional Fidejussória, para Colocação Privada, da Frigol S.A.*", conforme aditado ("Escritura de Emissão") e 7.4.3, item "(h)", subitem "(i)", do Termo de Securitização, sobre a planta de bovinos, unidade operacional da Devedora que consta com área construída igual a 21.182 m², e o escritório corporativo, objeto das matrículas nºs 2.845, 11.005, 16.983, 17.944, 22.562 e 26.445, todas registradas perante o Oficial de Registro de Imóveis e Anexos da Cidade de Lençóis Paulista, Estado de São Paulo, localizada na Rua Dr. Gabriel de Oliveira Rocha, 704, Parque Residencial São José, na Cidade Lençóis Paulista, no Estado de São Paulo, a qual representa valor superior a R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), qual seja, no valor aproximado de R$ 87.500.000,00 (oitenta e sete milhões e quinhentos mil reais) (com equipamentos, em caso de liquidação forçada) ("Planta Lençóis"), sem que seja configurado Evento de Vencimento Antecipado Não-Automático das Debêntures e, por consequência, de Resgate Antecipado dos CRA, conforme previsto na cláusula 7.2.1, item "(ii)" do Termo de Securitização, mediante o atendimento das seguintes condições: **(a)** que a Planta Lençóis seja utilizada no contexto de uma nova operação ("Nova Operação"), que tenha como características *Duration* e índice *loan-to-value* ("LTV") iniciais superiores aos desta Emissão, conforme usualmente calculados; **(b)** limitação de Dívida Bruta (conforme definida no Termo de Securitização) máxima de até R$590.000.000,00 (quinhentos e noventa milhões de reais), a ser apurada em 30 de setembro de 2024, e R$580.000.000,00 (quinhentos e oitenta milhões de reais), em 31 de dezembro de 2024, nos termos a serem definidos contratualmente, excluindo-se a variação cambial do período e tendo como base os valores de 31 de março de 2024; **(c)** que a Nova Operação seja emitida no prazo de até 06 (seis) meses, contados da data desta Assembleia, qual seja, 10 de julho de 2024; **(d)** limitação das operações de mútuos financeiros, feitas pela Devedora com Partes Relacionadas, no limite de até R$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), durante a vigência da Emissão; e **(e)** que sejam alteradas as cláusulas 4.7.1 da Escritura de Emissão e 7.1.1 do Termo de Securitização para inclusão de hipótese de amortização extraordinária facultativa parcial proporcionalmente aplicada à totalidade das Debêntures e, consequentemente, dos CRA, de acordo com os seguintes termos e condições gerais: **(A)** data de início: 10 (dez) dias úteis após a aprovação, **(B)** sem necessidade de comunicação prévia ou opção de adesão; e **(C)** cálculo do valor a ser pago; (c.i) quantidade/percentual a ser amortizado: limitado a 10,4944% (dez inteiros e quatro mil novecentos e quarenta e quatro milésimos por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures e, consequentemente, sobre o Saldo Devedor dos CRA; (c.ii) acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da efetiva amortização; (c.iii) acrescido dos demais encargos devidos e não pagos; e (c.iv) obtido a partir da fórmula abaixo:

$$AM_E = VN_E \times TA_{E'}$$

onde VN_E = 861,56467798 e TA_E = 10,4944%, limitado a R$ 10.000.014,42;

(iv) a autorização para que o Novo Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos Titulares dos CRA, em conjunto com a Emissora e a Devedora, pratique todos os atos necessários para dar efeito às deliberações aprovadas na presente assembleia, incluindo, mas não se limitando, a celebração dos aditamentos à Escritura de Emissão e ao Termo de Securitização, até 15 (quinze) dias úteis, contados da eventual aprovação dos itens (ii) e (iii) da Ordem do Dia. A Devedora participará da assembleia, somente com a anuência dos Titulares dos CRA, e se reserva o direito de negociar termos e/ou condições com os Titulares dos CRA durante a sua realização, observados os limites das matérias constantes na Ordem do Dia, para que estas sejam aprovadas pelo quórum necessário desde que não gerem alteração nos termos e condições dos Documentos da Operação, ou ainda, em qualquer aspecto ou característica da Emissão, que não descritos na Ordem do Dia. Exceto se de outra forma indicado ou definido no presente instrumento, termos iniciados em letra maiúscula aqui utilizados terão o significado que lhes foi atribuído no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação. O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRA está disponível (i) no site da Emissora: www.virgo.inc; e (ii) no site da CVM: www.cvm.gov.br. **Informações Gerais aos Titulares dos CRA: (1)** *Instalação e Quórum*: a assembleia instalar-se-á em 1ª (primeira) ou 2ª (segunda) convocação com a presença de qualquer número de Titulares dos CRA, nos termos da cláusula 12.12 do Termo de Securitização. As matérias descritas nos itens **(i)** e **(ii)** da Ordem do Dia deve ser aprovada pelos votos favoráveis dos Titulares dos CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais um dos titulares da totalidade dos CRA em circulação, nos termos da cláusula 11.14 do Termo de Securitização e as matérias descritas nos itens **(iii)** e **(iv)** da Ordem do Dia devem ser aprovadas, em 1ª (primeira) convocação, pelos votos favoráveis de Titulares dos CRA que representem pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais um dos titulares da totalidade dos CRA em circulação na respectiva assembleia; ou ainda, no caso de 2ª (segunda) convocação, pelos votos favoráveis de Titulares dos CRA que representem pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos Titulares dos CRA presentes na assembleia, desde que os Titulares dos CRA presentes na assembleia representem, no mínimo, 30% (trinta por cento) da totalidade dos CRA em Circulação conforme previsto na cláusula 12.18 do Termo de Securitização. **(2)** *Acesso e Utilização do Sistema Eletrônico*: A assembleia será realizada através de plataforma digital "*Microsoft Teams*", cujo *link* será encaminhado pela Emissora e que possibilitará a participação remota dos Titulares dos CRA. O conteúdo da assembleia será gravado pela Emissora. Nos termos da Resolução CVM 60, o titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá enviar, preferencialmente, até 2 (dois) dias antes de sua realização (i.e até 08 de julho de 2024) para os e-mails: **juridico@virgo.inc** e **assembleias@pentagonotrustee.com.br**: (i) a confirmação de sua participação acompanhada dos CNPJs dos fundos dos Titulares dos CRA, conforme o caso, (ii) a indicação dos representantes que participarão da assembleia, informando seu CPF, telefone e e-mail para contato, e (iii) as cópias dos respectivos documentos de comprovação de poderes, conforme item "3" abaixo. **(3)** *Depósito Prévio de Documentos*: Observado o disposto na Resolução CVM 60 e de acordo com o item "(2)" anterior, os Titulares dos CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails **juridico@virgo.inc** e **assembleias@pentagonotrustee.com.br**, com cópia dos seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do titular de CRA; (c) se fundos de investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação; e (d) quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na assembleia, outorgada a menos de 1 (um) ano, nos termos da cláusula 12.14 do Termo de Securitização e documento de identidade do outorgado, obedecidas as condições legais. Não será adotada instrução de voto na assembleia.

São Paulo, 18 de junho de 2024. **Virgo Companhia de Securitização**

Logispot Armazéns Gerais S.A.

CNPJ nº 04.058.108/0001-96

Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais - R$, exceto resultado por ação)

Balanços patrimoniais	31/12/2023	31/12/2022
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	5	2
Títulos e valores mobiliários	7.085	13.169
Contas a receber de clientes	992	2.086
Estoques	453	487
Recebíveis de partes relacionadas	4.335	2.779
Outros tributos a recuperar	18	285
Outros ativos	221	52
Ativo circulante	**13.109**	**18.860**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.146	1.259
Depósitos judiciais	300	272
Propriedades para investimento	4.012	4.012
Imobilizado	28.964	29.698
Intangíveis	4	20
Ativo não circulante	**34.426**	**35.261**
Total do ativo	**47.535**	**54.121**

Balanços patrimoniais	31/12/2023	31/12/2022
Passivos		
Empréstimos e financiamentos	29	349
Fornecedores	1.594	340
Ordenados e salários a pagar	947	971
Imposto de renda e contribuição social correntes	337	919
Outros tributos a pagar	351	557
Dividendos a pagar	1.508	1.406
Pagáveis a partes relacionadas	–	9.595
Adiantamento de clientes	4.008	2.404
Outros passivos financeiros	–	85
Outras contas a pagar	197	486
Passivo circulante	**8.971**	**17.112**
Empréstimos e financiamentos	–	29
Provisão para demandas judiciais	3.906	3.595
Adiantamento de clientes	6.537	6.986
Outras contas a pagar	142	132
Passivo não circulante	**10.585**	**10.742**
Total do passivo	**19.556**	**27.854**
Patrimônio líquido		
Capital social	3.041	3.041
Reserva de capital	16.131	16.131
Reservas de lucros	8.807	7.095
Total do patrimônio líquido	**27.979**	**26.267**
Total do passivo e patrimônio líquido	**47.535**	**54.121**

Demonstrações dos resultados	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	23.841	22.896
Custos dos serviços prestados	(12.006)	(12.127)
Lucro bruto	**11.835**	**10.769**
Despesas gerais e administrativas	(3.803)	(1.958)
Outras receitas operacionais, líquidas	418	563
Despesas operacionais	**(3.385)**	**(1.395)**
Resultado antes do resultado financeiro líquido e do imposto de renda e contribuição social	**8.450**	**9.374**
Despesas financeiras	(979)	(2.007)
Receitas financeiras	1.498	873
Resultado financeiro líquido	**519**	**(1.134)**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**8.969**	**8.240**
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(2.825)	(3.374)
Diferido	(113)	756
	(2.938)	**(2.618)**
Resultado do exercício	**6.031**	**5.622**
Resultado básico e diluído		
Por ação ordinária:	2,95492	2,75453

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva de capital – Opções outorgadas reconhecidas	Reserva de lucros – Reserva legal	Reserva de lucros – Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2023	**3.041**	**16.131**	**609**	**6.486**	**–**	**26.267**
Resultado do exercício	–	–	–	–	6.031	6.031
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	**–**	**–**	**–**	**–**	**6.031**	**6.031**
Contribuição e distribuições para os acionistas						
Dividendos	–	–	–	(2.811)	(1.508)	(4.319)
Constituição das reservas	–	–	–	4.523	(4.523)	–
Total das transações com e para acionistas	**–**	**–**	**–**	**1.712**	**(6.031)**	**(4.319)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**3.041**	**16.131**	**609**	**8.198**	**–**	**27.979**

	Capital social	Reserva de capital – Opções outorgadas reconhecidas	Reserva de lucros – Reserva legal	Reserva de lucros – Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2022	**3.041**	**16.131**	**609**	**3.402**	**–**	**23.183**
Resultado do exercício	–	–	–	–	5.622	5.622
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	**–**	**–**	**–**	**–**	**5.622**	**5.622**
Contribuição e distribuições para os acionistas						
Dividendos	–	–		(1.132)	(1.406)	(2.538)
Constituição das reservas	–	–	–	4.216	(4.216)	–
Total das transações com e para acionistas	**–**	**–**	**–**	**3.084**	**(5.622)**	**(2.538)**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**3.041**	**16.131**	**609**	**6.486**	**–**	**26.267**

Daniel Rockenbach - Diretor-Presidente

Contadora: Renata Pavanelli Chaves - CRC 1SP283861/O-1

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0001276-20.2024.8.26.0004 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional IV - Lapa, Estado de São Paulo, Dr(a). Camila Sani Quinzani Malmegrin, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) LUCATO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÁQUINAS LTDA, CNPJ 51.467.439/0001-60, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por Alexandre Dantas Fronzaglia. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 46.445,96 (01/2024), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

EDITAL DE CITAÇÃO expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 1067167-08.2023.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Fernanda Perez Jacomini, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, Fazenda Pública do Estado de São Paulo, Caixa Econômica Federal, UNIÃO FEDERAL - PRU, Ovidio Pesci, Lucia Alves de Souza, Manoela Loyola de Andrade, Maria Divina da Silva, Espólio de Joaquim Ferreira Filho, Espólio de Maria José Caesar Ferreira, Alexandre Soares Vandelli, Priscila Aparecida Ramos Vandelli e Dalva dos Santos Pesci, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Regina Pugliese Falararo e Mario Pugliese Falararo ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando declaração de domínio sobre Imóvel localizado na Travessa Tristão e Isolda, nº 8, Vila Pedra Branca, São Paulo/SP, CEP: 02635-171, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para contestarem no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 (vinte) dias da publicação deste edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

EDITAL DE CITAÇÃO-PRAZO DE 20DIAS.PROCESSO Nº**0008661-77.2005.8.26.0006**O(A) MM.Juiz(a) de Direito da3ªVara Cível,do Foro Regional VI-Penha de França,Estado de São Paulo,Dr(a). Luciana Antunes Ribeiro Crocomo, na forma da Lei,etc.FAZ SABER a Leandro Tenório,que Aurora de Paula Bertoni e Mario Bertoni ajuizaram ação de alienação judicial de bens,objetivando seja julgada procedente, com a consequente alienação judicial do imóvel à rua Santo Antero nº209-Penha,antiga rua Tenente Passolo, parte dos lotes 43 e 44, contribuinte 061.079.0097-7.Diante do falecimento do réu Dilson Maximiliano Bertoni e nos termos do artigo 689 do CPC, estando o réu em lugar incerto, expede-se edital de citação, para se pronunciarem no prazo de 5(cinco)dias (Art.690 do CPC), a fluir do prazo supra, sob pena de serem aceitos os fatos, nomeando-se curador especial em caso de revelia. Será o presente edital, por extrato,afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS.|**20,21**|

Resil Comercial Industrial Ltda.

CNPJ 68.124.858/0001-00, NIRE 35.210.954.883

Extrato para publicação

RESIL COMERCIAL INDUSTRIAL LTDA. ("Sociedade"), com sede na Avenida Prestes Maia, 791, Jardim das Nações, CEP 09930-900, Diadema/SP, CNPJ 68.124.858/0001-00, NIRE 35.210.954.883, vem a público divulgar deliberação tomada em Reunião de Sócios, realizada em 19/06/2024, aprovando, nos termos dos art. 1.082, inciso II, e 1.084 do Código Civil, a redução do capital social da Sociedade, no valor de R$ 8.000.000,00, com o cancelamento de 8.000.000 de quotas, com restituição de capital aos sócios **CLAUDIO SACHS** e **SAP ASSISTÊNCIA TÉCNICA S/A,** em moeda corrente nacional, na proporção das respectivas participações societárias atuais. Administrador: **CLAUDIO SACHS.**

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 01 (UM) MÊS. PROCESSO Nº 0003466-69.2023.8.26.0010. O MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional X - Ipiranga, Estado de São Paulo, Dr. Carlos Antonio da Costa, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a VALQUIRIA MARIA PEREIRA SANTANA, CPF 090.786.368-07, que nos autos da ação de Cumprimento de sentença proposta por Instituto Maria Imaculada, encontrando-se a executada em lugar ignorado, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL (CPC, art. 257, III), para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 (quinze) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, liquide o débito exequendo de R$ 26.245,53, atualizado monetariamente (tabela do TJSP) a partir de setembro/2023 e acrescido dos juros de mora legais a partir de outubro/2023, e transcorrido tal prazo (de 15 dias) sem o pagamento será iniciado o prazo de 15 dias para impugnação, bem como o débito exequendo será acrescido de multa de 10% e de honorários advocatícios de 10%. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

EDITAL DE CITAÇÃO-PRAZO DE 20DIAS.PROCESSO Nº**1011098-29.2023.8.26.0011** O(A) MM.Juiz(a) de Direito da 5ªVara Cível,do Foro Regional XI-Pinheiros,Estado de São Paulo,Dr(a).LARISSA GASPAR TUNALA, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) EDNA DE OLIVEIRA,CPF 083.661.348-14, com endereço à Rua Dezessete de agosto,344,Fundos,Bairro Veloso,CEP 06.154-140, Osasco-SP,que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível-Adjudicação Compulsória-por parte de Claudia Aparecida Felício para que seja declarado por sentença a adjudicação compulsória do imóvel objeto de arrematação nos autos nº 0008237-29.2019.0011,e expedição do respectivo ofício ao Cartório de Registro de Imóveis competente para a averbação na matrícula nº 79.484 do 18º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 256,II,do CPC, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta.Não sendo contestada a ação,o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial (Art.257, IV, CPC). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 20 de maio de 2024. |**20,21**|

EDITAL DE CITAÇÃO expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº **1025703-04.2023.8.26.0100** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Patrícia Martins Conceição, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Espólio de Maria Lourença de Moraes, João Zillig, Renato Costa de Lima, Willian Mokwa, Sueli Main Mokwa, Aparecido Batelana, Vilma Aparecida Freire Batelana, Fatima Aparecida Curi Main, Jozimario Elias de Araujo, Andrea Matheus dos Santos, Geraldo Andre da Silva, Adão de Moraes Vieira e Elias Mendes da Silva, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Vicente Flora Neto e Ana Maria da Conceição Sales Flora ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando declaração de domínio sobre Imóvel situado à Rua Açucena Branca, n° 43, Jardim Dom José, São Paulo/SP, CEP: 05887-240, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para contestarem no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 (vinte) dias da publicação deste edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. |**11,12**|

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1014900-62.2023.8.26.0002 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 10ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Guilherme Duran Depieri, na forma da Lei, etc.FAZ SABER a(o) ALEX SANDRO DA SILVA CARDOSO, RG 30.603.785-3, CPF26440382861, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Durval Menezes de Carvalho e outro, objetivando o pagamento de R$ 42.700,00 (06/03/2023),devidamente atualizado, referente a rescisão contratual do Instrumento Particular de Compromisso de Venda e Compra de Imóvel assumido entre as partes, tendo por objeto o Lote 21da Quadra 3 do loteamento denominado "Jardim Oriental", objeto da matrícula nº 458.804, do 11º CRI, cumulada com reintegração de posse. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta.Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. COMARCA DE SÃO PAULO - FORO CENTRAL CÍVEL. 15ª VARA CÍVEL. DECISÃO – EDITAL. Processo nº: **1005097-23.2021.8.26.0100**. Classe – Assunto: Procedimento Comum Cível - Serviços Hospitalares. Requerente: Hospital São Camilo – Santana. Requerido: Hevandro Luiz Silverio de Camargo e outro. Vistos. Tendo em vista que já foram esgotados todos os meios hábeis para a localização da parte ré, defiro a citação editalícia requerida, servindo a presente decisão como edital. Este Juízo FAZ SABER a Hevandro Luiz Silverio de Camargo e Washington Gama Azevedo, domiciliado em local incerto e não sabido, que lhe foi movida a presente ação de Procedimento Comum Cível por Hospital São Camilo – Santana. Encontrando-se a parte ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente contestação, sob pena de revelia. No silêncio, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. O presente edital tem o prazo de 20 dias. Recolha a parte autora as custas referentes a publicação no DJE, no valor de R$ 181,44, providenciando, no mais, a publicação do edital em jornais de grande circulação, comprovando-se nos autos, no prazo de 15 dias. Intimem-se. São Paulo, 14 de junho de 2024. Fernando Antonio Tasso. Juiz de Direito. 20 e 21/06/2024

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1020889-17.2021.8.26.0100. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Imputação do Pagamento. Requerente: Caue Castello Veiga Innocencio Cardoso e outro. Requerido: Unidade de Ensino e Desenvolvimento Infantil Globinho Eireli e outros. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1020889-17.2021.8.26.0100**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 24ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Claudio Antonio Marquesi, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a SPE Globinho Holdings Eireli (CNPJ. 35.476.806/0001-35), que Marcelo Oliveira Ramos Martins e Caue Castello Veiga Innocencio Cardoso lhe ajuizaram ação de Cobrança, de Procedimento Comum, objetivando seja julgado procedente o pedido para condenação da requerida ao pagamento da quantia de R$ 200.000,00, referente à comissão de corretagem pela intermediação realizada pelos autores na concretização da Venda e Compra do Colégio Global, acrescidos de juros e correção monetária desde a data da assinatura do Contrato em 25 de outubro de 2019, além da condenação ao pagamento dos honorários advocatícios, na base de 20% sobre o valor da causa, além de custas e despesas processuais. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, a requerida será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 24 de maio de 2024. 20 e 21/06/2024

Processo 1128915-41.2023.8.26.0100 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - Condomínio Edifício Marajó - EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1128915-41.2023.8.26.0100. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais Exequente: Condomínio Edifício Marajó. Executado: Elaine Maillo Andriguetto e outros. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1128915-41.2023.8.26.0100**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 18ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Caramuru Afonso Francisco, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Elaine Maillo Andriguetto, 164.205.098-90 e Lucila Camargo Lopes de Oliveira, CPF. 282.155.998-42, que lhes foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Condomínio Edifício Marajó. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, objetivando a quantia de R$ 3.101,32 (agosto de 2023), representada pelas despesas condominiais do Apto 809-D do Condomínio Edifício Marajó I, localizado na Rua Manoel Dutra, nº 43 - Bela Vista, São Paulo/SP - CEP: 01328-010, e para no prazo de 3 dias efetuar o pagamento da dívida, sob pena de penhora de bens nos termos dos arts. 652 e seguintes do CPC. No prazo de 15 dias, o executado poderá reconhecer o crédito e comprovar o depósito judicial de 30% do valor em execução, custas e honorários, e pagar o restante em até 6 parcelas mensais, corrigidas pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça e acrescidas de juros de 1% (um por cento) ao mês de acordo com o art. 745-A do CPC ou oferecer embargos à execução (art. 738 do CPC).O não pagamento de qualquer das prestações implicará, de pleno direito, o vencimento das subsequentes e o prosseguimento do processo, com o imediato início dos atos executivos, imposta ao executado multa de 10% (dez por cento) sobre o valor das prestações não pagas e sob pena de penhora. PRAZO PARA EMBARGOS: 15 (quinze). Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 12 de junho de 2024. 20 e 21/06/2024

Palmar Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ nº 55.222.061/0001-95 - NIRE 35.220.369.177

Convocação para Reunião de Sócios Ordinária

A Palmar Empreendimentos Imobiliários Ltda., com sede São Paulo/SP, por meio de seu representante legal infra assinado, convoca a todos seus sócios para: **Reunião de Sócios Ordinária**, no dia **17.07.2024**, **às 10h da manhã, de forma virtual (Ambiente Digital)**, para deliberar a respeito das seguintes matérias: (i) Tomar as contas dos administradores relativas ao exercício social findo em 31.12.2023; (ii) Examinar, discutir e votar os balanços patrimoniais e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31.12.2023; e (iii) Destinação dos resultados do referido exercício social. A reunião será realizada através de sistema eletrônico de videoconferência da plataforma Zoom, Microsoft Teams ou Google Meeting, com transmissão de imagem, som e possibilidade de manifestação dos sócios, **cujo link e demais dados de acesso serão enviados aos sócios ou aos seus representantes legais até 1 dia antes da data da reunião**. Conforme autoriza o §1º do Artigo 1.074 do Código Civil brasileiro, os sócios poderão ser representados por outro sócio ou por advogado. Em caso de representação, deverão ser enviados via correio eletrônico (e-mail), até 30 minutos antes do horário de início da reunião: *(i)* **cópia legível da procuração assinada, com poderes específicos para comparecer à reunião e exercer o direito de voto**; e *(ii)* **cópia legível de documento pessoal de identificação com foto, tais como RG, CNH e OAB**. A reunião será gravada e, considerando que os documentos pertinentes à ordem do dia já foram previamente disponibilizados a todos, os sócios que pretenderem participar da reunião deverão disponibilizar o voto escrito aos representantes legais da sociedade por meio de correio eletrônico (e-mail) até 30 minutos antes do início da reunião. São Paulo, 13.06.2024. **Rita de Cássia Marte de Arruda Sampaio -** Administradora

BRAZILIAN SECURITIES
Uma Empresa do Grupo PAN

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF: 03.767.538/0001-14 - NIRE: 35.300.177.401

Retificação ao Edital de Convocação de Sexta Assembleia Especial de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 303ª e 304ª Séries da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Brazilian Securities Companhia de Securitização

Fica retificado o Edital de Sexta Convocação da Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 303ª e 304ª Séries da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários ("AGT") da Brazilian Securities Companhia de Securitização ("Securitizadora") publicado nos dias 1, 3 e 4 de maio de 2024, no jornal "O Dia" ("Edital"), onde constou: "*(...) nos seguintes e-mails produtos.bs@grupopan.com e* ***af.assembleias@oliveiratrust.com.br***", para fazer constar "*(...) nos seguintes e-mails produtos.bs@grupopan.com e* **assembleias@pentagonotrustee.com.br**", bem como para prever nova data para realização da AGT, vez que a AGT não foi instalada nas datas previstas anteriormente no Edital e que o respectivo ato não teve eficácia/validade jurídica, tendo em vista a convocação de agente fiduciário diverso do correto. Desse modo, neste mesmo ato, ficam convocados os senhores titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 303ª e 304ª Séries da 1ª Emissão da Securitizadora ("Titulares dos CRI", "CRI", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 303ª e 304ª séries da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Securitizadora ("Termo de Securitização"), **a reunirem-se em 1ª convocação** para a AGT, **a se realizar no dia 12 de julho de 2024 às 10 horas**, e caso não atingido quórum de instalação em 1ª convocação, ficam convocados **a reunirem-se em 2ª convocação** para a AGT, **a se realizar no dia 22 de julho de 2024 às 10 horas, ambas de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams ("link"),** nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), coordenada pela Securitizadora, para deliberar sobre: (i) aprovação das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado dos CRI, apresentadas pela Securitizadora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes registrados na CVM, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, nos termos da Resolução CVM 60, documentos estes disponíveis no website da Securitizadora. Conforme Art. 25, parágrafo 2º da Resolução CVM 60, as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a AGT não seja instalada em virtude do não comparecimento dos Titulares dos CRI. Será admitido o uso da instrução de voto à distância, sendo que o modelo do "voto" está disponível no site da Securitizadora e deve ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis antes da realização da AGT. Para que recebam o *link* de acesso, disponibilizado pela Securitizadora e ser acessada com câmera, os Titulares dos CRI deverão encaminhar os documentos de representatividade descritos a seguir, preferencialmente, em até 2 (dois) dias úteis antes da AGT, tanto para a Securitizadora, quanto para o Agente Fiduciário, nos seguintes e-mails: produtos.bs@grupopan.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br. Os documentos necessários para Titulares dos CRI **pessoa física** são: cópia do documento de identidade do titular do CRI, ou caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração: (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes: (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos de identidade dos Titulares dos CRI e do outorgado. Os documentos necessários para Titulares dos CRI **pessoa jurídica** são: a) cópia autenticada e digitalizada do estatuto, contrato social ou documento equivalente, acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular do CRI e; b) cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes: (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos dos outorgantes da procuração e do outorgado.

São Paulo, 17 de junho de 2024
Brazilian Securities Companhia de Securitização

JERSÉ RODRIGUES DA SILVA, Segundo Oficial de Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, FAZ SABER, a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que foi prenotado sob nº 524.269, em 17.10.2023, o Requerimento de 11 de março de 2024, feito pela credora fiduciária BANCO PAN S/A., inscrita no CNPJ/MF sob nº 59.285.411/0001-13, objetivando a intimação pessoal da fiduciante ERIKA MORAIS AQUINO, RG nº 43.888.178-3-SSP/SP, CPF/MF nº 361.533.378-05, o qual se encontra em LOCAL INCERTO E NÃO SABIDO, conforme certificação desta Serventia, e, ante a previsão legal contida no parágrafo 4º do artigo 26 da Lei Federal nº 9.514/97, FICA ELA INTIMADA A COMPARECER neste Serviço Registral, situado na Rua Vitorino Carmilo, 576, de segunda a sexta-feira, no horário das 9:00 às 16:00 horas, pessoalmente ou por meio de seu representante legal, devidamente identificado, a fim de efetuar o pagamento das prestações em atraso e demais encargos contratuais, totalizando o débito até a data de 11.03.2024, o valor de R$-351.470,41, decorrente da escritura pública de 28 de maio de 2014 (Livro 4.224, páginas 371/385) do 16º Tabelião de Notas desta Capital, registrado sob o nº R.4 e averbada sob nº Av.5 na Matrícula nº 126.164, referente ao APARTAMENTO TIPO nº 21, localizado no 2º pavimento do "EDIFÍCIO RESIDENCIAL HELBOR L'ALTO PERDIZES", situado na Rua Cayowaá, nº 425, no 19º Subdistrito – Perdizes, e ao total acima serão acrescidas as custas, emolumentos e despesas com as tentativas de intimação pessoal da fiduciante, como também as despesas com publicação do presente Edital. Fica a FIDUCIANTE ciente de que, no dia imediatamente posterior ao da última publicação do presente Edital, será considerada como INTIMADA e terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do primeiro dia útil seguinte ao do aperfeiçoamento da intimação, que se dará a partir da terceira publicação deste Edital, sendo que, recaindo o termo final em sábado, domingo ou feriado, será prorrogado até o primeiro dia útil subsequente, para satisfazer os referidos pagamentos, em moeda corrente nacional ou por meio de cheque administrativo em nome do credor fiduciário. ALERTA:- Decorrido o prazo para purgação da mora, à credora fiduciária restará a faculdade de solicitar a CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA, conforme previsto no parágrafo 7º do artigo 26 do mesmo diploma legal. Para que surtam os efeitos legais da intimação sem que se possa alegar ignorância, o presente EDITAL está sendo publicado por 3 (três) dias em um dos jornais de maior circulação local e afix

Itaú BBA IRONMAN 70.3 Rio de Janeiro

Brasil com vários destaques na briga pelo pódio geral

Em sete edições realizadas, o Itaú BBA IRONMAN 70.3 Rio de Janeiro possui um retrospecto altamente positivo para o triatlo brasileiro. Ao longo desse período, as conquistas de cinco títulos no masculino e sete no feminino confirmam o domínio dos representantes nacionais na etapa carioca. No próximo domingo, dia 23, ocorrerá mais uma prova e, outra vez, o Brasil contará com vários destaques na briga pelo lugar mais alto do pódio no geral.

O Itaú BBA IRONMAN 70.3 Rio de Janeiro terá largada a partir das 6h30, na Praia de Copacabana, com a transição no Forte de Copacabana, e chegada na Marina da Glória, no Aterro do Flamengo. Os cerca de 1800 atletas, representando 39 nações, terão pela frente 1,9 km de natação, 90 km de ciclismo e 21,1 km de corrida. Em jogo, 45 vagas para o IRONMAN 70.3 World Championship deste ano, que será realizado na cidade de Taupo, na Nova Zelândia, nos dias 14 e 15 de dezembro.

Entre as mulheres, as atletas confirmadas que podem manter esse domínio têm uma coisa em comum: são todas mineiras. São elas, Larissa Fabrini, que chega para a prova com nada menos que o título de melhor amadora no 22º Itaú BBA IRONMAN Brasil, realizado em maio, em Jurerê Internacional; e Mary Ortega, vice-campeã da etapa no Rio de janeiro em 2022; e Clara Carvalho, campeã brasileira de Triathlon longa distância em 2023.

Foto/ Fábio Falconi

Itaú *BBA IRONMAN 70.3 Rio de Janeiro*

No masculino, a disputa incluirá nomes fortes e já consagrados. Estão na lista o goiano Santiago Ascenço, ex-profissional que venceu a edição de estreia no Rio de Janeiro em 2015; o gaúcho Frank Silvestrin, nono colocado geral do Itaú BBA IRONMAN Brasil deste ano; e o paulista José Belarmino, campeão na categoria 45/49 anos no IRONMAN World Championship 2022, no Havaí (EUA), e o IRONMAN 70.3 World Championship 2022 – St. George / Utah (EUA).

A programação oficial começará no dia 20, a partir das 14h, com a abertura do IRONMAN Village e o início da entrega de kits, ambos na Marina da Glória. No sábado, às 8h, também na Marina, será a vez do Itaú BBA IRONKIDS Brasil, evento para crianças de 2 a 12 anos que visa incentivar a prática esportiva. No domingo, a largada dos atletas está marcada para às 6h30, com premiação do top 3 a partir das 11h.

O Itaú BBA IRONMAN 70.3 Rio de Janeiro é organizado pela Unlimited Sports, com Title Sponsor Itaú BBA, patrocínio de Track Field, Omint, Heineken, Avenue e Fairmont; copatrocínio de Dux, Felt, Pacco, Oakberry, Doozy e Boali; e apoio da Paçoquita, Sococo, Netshow.me, Prefeitura do Rio de Janeiro e Governo do Estado do Rio de Janeiro. Mais informações no site www.ironmanbrasil.com.br

Enzo Fittipaldi inicia em Barcelona maratona europeia de corridas da F2

Foto/ James Gasperotti

Enzo *Fittipaldi*

A Fórmula 2 inicia uma maratona de três finais de semana de corridas a partir da sexta etapa a temporada, marcada para o Circuito de Barcelona, na Espanha. Piloto da Van Amersfoort, Enzo Fittipaldi busca avançar na tabela de classificação. Vencedor da prova na Arábia Saudita, o brasileiro aparece entre os dez melhores do campeonato no início desta sequência de etapas, que ainda terá provas na Áustria e na Inglaterra.

Será a segunda visita da categoria na atual temporada ao circuito localizado em Montmeló, uma vez que, em abril, a F2 realizou três dias de testes por lá. Fittipaldi cravou o sexto melhor tempo na abertura das sessões de testes. Assim, o brasileiro espera brigar por boas posições no pelotão da frente do grid.

"Vamos começar uma sequência de três finais de semanas de corridas na Espanha, um lugar em que a gente realizou testes há dois meses e tivemos bom desempenho. O objetivo do final de semana é brigar pelas primeiras posições para voltarmos a ficar mais próximo dos líderes", disse Enzo Fittipaldi, que tem os patrocínios de Red Bull, Eurofarma, Claro, Snapdragon, PneuStore, Stake, Localiza, Baterias Moura, Oak-Berry e IDS.

A programação da Fórmula 2 em Barcelona será aberta nesta sexta-feira, com a realização do único treino livre do final de semana e da classificação. A primeira corrida está marcada para 9h15 de sábado, enquanto a segunda ocorre às 6h35 de domingo. O BandSports mostra toda a programação.

GP Motul marca retorno do MOTO1000GP ao Autódromo de Interlagos após nove anos

São Paulo sediou a etapa de abertura da competição em 2011

Foto/ MOTO1000GP

As *provas do GP Motul serão nos dias 29 e 30 de junho em Interlagos*

O MOTO1000GP retorna ao Autódromo de Interlagos após nove anos. O GP Motul, válido pela 3ª etapa do Campeonato Brasileiro de Motovelocidade, marca a primeira vez que o evento é realizado na capital paulista desde seu retorno ao calendário nacional, em 2023. As rodadas duplas serão nos dias 29 e 30 de junho, e a sexta-feira (28) está reservada para os treinos livres. A última vez que o evento foi realizado em São Paulo foi em 2015.

Além de ser considerado o templo da velocidade nacional, a pista paulistana também é especial para o MOTO1000GP. Foi no Autódromo de Interlagos que, em junho de 2011, foi realizada a primeira prova do MOTO1000GP, marcando o início de uma temporada de seis etapas.

Na corrida de estreia, em 2011, havia 30 competidores inscritos, divididos em três categorias: GP Light, GP1000 e GP BMW SS1000RR. A primeira vez do MOTO1000GP no Autódromo José Carlos Pace após a retomada do campeonato em 2023 terá mais de 120 pilotos.

"Retornar a Interlagos é um enorme prazer para nós, organizadores do MOTO1000GP. É uma praça muito importante, celeiro da motovelocidade e de seus adeptos. Voltar nesta segunda fase do MOTO1000GP para Interlagos é como iniciar tudo de novo. Em 2011, a primeira etapa do campeonato com 30 pilotos ocorreu aqui. Foi um evento bom, apesar de nossa inexperiência na época. Agora, com mais experiência, podemos realizar um evento de alta qualidade, à altura das nossas outras etapas", contou Gilson Scudeler, organizador do MOTO1000GP.

Treze anos depois, muita coisa mudou no MOTO1000GP. As categorias aumentaram de três para sete: GP300/Motul 300V Cup, GP600, GP1000, Yamaha R15 bLU cRU LA, Yamalube R3 bLU cRU LA Talent, Yamalube R3 bLU cRU LA Cup e Mottu 2H Endurance.

Outra grande mudança foi a adesão de pilotos estrangeiros ao campeonato, que a cada ano aumenta. Em 2024, pilotos de 10 países disputam os títulos brasileiros e latino-americanos do MOTO1000GP, homologado pela Confederação Brasileira de Motociclismo e pela Federação Internacional de Motociclismo.

"Vamos proporcionar ao público pilotos de diversos países em emocionantes disputas. Incluímos a Motul 300V Cup e as categorias da R Series (R15 e R3) na formação de novos talentos, além das emocionantes corridas nas categorias GP600 e GP1000, oferecendo momentos de grande entretenimento e competição. Quem estiver em Interlagos poderá vivenciar tudo isso", concluiu Scudeler.

Família Varela disputa 10º edição do Rally Jalapão e busca sequência de vitórias

A décima edição do Rally Jalapão realiza sua primeira especial nesta quarta-feira (19). A etapa vai contar com quatro especiais, com largada e chegada em Palmas, capital do Tocantins. A equipe Varela Can-AM Monster Energy comparece com Bruno, Rodrigo e Reinaldo Varela, que vão disputar cerca de 1.500 km na região Norte do Brasil.

O retrospecto de Bruno Varela é positivo. O piloto foi campeão do Rally Minas Brasil, que aconteceu no mês de maio. Agora a meta é manter o bom ritmo ao lado do navegador Ari Fiuza na classe UTV 1. Na mesma classe, compete Rodrigo Varela, que terminou a etapa mineira com vitória na última especial ao lado do navegador Matheus Mazzei. A dupla busca retomar o bom momento.

Já Reinaldo Varela enfrentou dificuldades na rodada realizada em Araxá. Correndo na classe UTV Over Pro ao lado de Túlio Taniguchi, o experiente piloto, que é oito vezes campeão brasileiro, quer recuperar desempenho na etapa de Palmas e acompanhar os bons resultados da equipe.

Foto/ Doni Castilho

Reinaldo *Varela corre na UTV Over Pro*

Trajeto inédito - Os três integrantes da família Varela vão enfrentar um traçado inédito para a décima edição. O prólogo de 5,90 km para definir as posições de largada aconteceu nesta terça-feira. Na UTV1, Bruno Varela e Ari Fiuza ficaram com o sexto melhor tempo, 4min22s25, apenas 5s02 atrás dos líderes, José Hélio e Julio Cesar Zavatti, da Casarini Racing. Rodrigo Varela e Matheus Mazzei partem em 26º. Já Reinaldo e Túlio conquistaram o terceiro melhor tempo da Over Pro.

A primeira especial está marcada para quarta-feira, saindo de Palmas. Serão 191 km cronometrados até São Félix do Tocantins. A cidade será palco das segunda e terceira especiais, que acontecem na quinta e sexta-feira e contam com 216 km e 249 km, respectivamente. No sábado, a última especial deixa São Félix e retorna à Palmas em um circuito de 178 km cronometrados.

Ao longo dos dias de competição, as duplas irão enfrentar terrenos com 90% de piso de areia e trechos em trilhas, estradas de fazendas e pontos de alta velocidade, passando por cenários de tirar o fôlego em um dos lugares mais bonitos do país. O Rally Jalapão é a quarta etapa do Campeonato Brasileiro de Rally Raid e vai até 22 de junho.